

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório da Administração	01
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	15
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	21
Demonstrações dos resultados	23
Demonstrações dos resultados abrangentes	24
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	25
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	26
Demonstrações dos valores adicionados.....	27
Notas explicativas às demonstrações financeiras	28
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.....	92
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	93
Relatório Anual do Comitê de Auditoria	94

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2024

Intelbras gera receita líquida consolidada de R\$1.287.676 mil e EBITDA de R\$165.315 mil no trimestre.

São José (SC), 26 de fevereiro de 2025 – A Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira ("Intelbras" ou "Companhia") divulga seus resultados consolidados do trimestre findo em 31 de dezembro de 2024 e do exercício de 2024. Os valores aqui apresentados são comparados com os do trimestre findo em 31 de dezembro de 2023 e do exercício de 2023, exceto se indicado de outra forma. Os saldos contábeis aqui apresentados foram extraídos das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e as práticas adotadas no Brasil, já em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

Destaques do 4T24

A **Receita Operacional Líquida** foi de R\$1.287.676 mil no trimestre, representando uma variação de 3,5% em relação ao 3T24 e 10,8% frente ao mesmo período do ano anterior.

Nosso **EBITDA** foi de R\$165.315 mil, o que representa uma variação de 5,8% em relação ao EBITDA Ajustado do mesmo período do ano anterior, representando uma margem EBITDA de 12,8%, um incremento de +0,7 pontos percentuais em relação ao 3T24.

O **ROIC (pre-tax)** consolidado da Companhia apurado nos últimos quatro trimestres foi de 18,1%, ficando -3,2p.p. abaixo deste indicador consolidado realizado no terceiro trimestre e -3,7 pontos percentuais frente o mesmo período do ano anterior (ajustado).

Nosso **Lucro Líquido** no quarto trimestre foi de R\$127.539 mil, o que representa uma variação de -1,4% em relação ao lucro líquido apurado no trimestre anterior e margem líquida de 9,9%.



Mensagem da administração

Durante os exercícios de 2023 e 2024, a Companhia enfrentou diversos momentos decisivos que poderiam impactar seus negócios tanto no curto quanto no longo prazo. O ano de 2024, em particular, foi um período de preparação estrutural para garantir a continuidade do crescimento, realizada por meio de investimentos significativos que influenciaram alguns dos resultados do exercício.

Nosso sistema ERP, que suportou nossas operações pelos últimos 20 anos atingiu o limite de sua capacidade, sendo necessária a sua atualização. Para isso, estruturamos uma equipe interna, com o apoio de competentes consultorias, que formaram o grupo de mais de 200 pessoas, responsável pelo planejamento e execução do processo de transição. Esse processo se estendeu por 18 meses, envolveu a Companhia em sua totalidade e culminou no início da operação do novo sistema nos primeiros dias de janeiro/2025. A atenção dedicada ao alinhamento dessa transição com o canal de distribuição e demais clientes foi fundamental para minimizar os impactos do fluxo de mercadorias. É possível afirmar que a estratégia funcionou, e a partir dos estoques adicionais construídos ao longo do ano, o fluxo de mercadorias não sofreu impactos significativos durante a gradual retomada das operações no novo sistema.

Nos segmentos de negócios, mesmo com os desafios logísticos e com a desvalorização cambial observada desde o segundo trimestre, que elevou os custos, registramos um crescimento de receita significativo e preservação dos resultados de forma alinhada com nosso histórico. Acreditamos que essa evolução deve ser sempre estruturada e robusta, que garanta à Companhia uma trajetória de crescimento contínuo e de longo prazo. Neste sentido, a introdução das novas linhas em nosso segmento de TIC vem sendo implementada, e já contribui para a evolução do segmento. No segmento de Segurança, tivemos êxito na reconstrução dos estoques, que haviam sido consumidos pela severa seca no Rio Amazonas em 2023, e conseguimos ampliar nossa capacidade de atendimento às crescentes demandas por equipamentos observadas em 2024. Nossos investimentos adicionais em estoque e capacidade industrial foram essenciais para sustentar o ritmo acelerado de crescimento de receita. Por fim, no segmento de Energia, observamos a recuperação da rentabilidade dos negócios, que havia sido negativamente afetada no exercício anterior.

No quarto trimestre, anunciamos a sucessão do nosso CEO, que acontecerá em 1º de abril de 2025. Nessa data, o Sr. Altair Silvestri deixará o cargo e o Sr. Henrique Fernandez, executivo com 17 anos de trajetória na Companhia assumirá a posição. O processo sucessório foi conduzido com rigor e atenção, sendo concluído com êxito.

Encerramos o ano em um cenário desafiador, com o ambiente macroeconômico deteriorado, mas com diversas oportunidades sob nossa gestão, que nos permitem manter a Companhia em sua trajetória histórica de sucesso. Nos mantemos confiantes que, com os investimentos realizados e com nossas avenidas de crescimento em pleno desenvolvimento, a Companhia deve continuar sua trajetória de crescimento conforme seu histórico. Variáveis externas, como juros e câmbio, são refletidas nos preços praticados, o que exige uma gestão ainda mais eficiente das variáveis sob nosso controle.

Seguimos, portanto, estreitando nossa relação com as revendas parceiras e canal de distribuição, oferecendo mais valor a todos por meio de um portfólio amplo e competitivo, além de nossos serviços de pré e pós-vendas cada vez mais relevantes, que reforçam nossa diferenciação no mercado. Reiteramos o compromisso de buscar incessantemente a eficiência em nossos processos e a competitividade de nossos produtos, ao mesmo tempo em que lideramos processos inovadores junto ao nosso mercado.

Foi um ano de novos aprendizados, que nos preparou para enfrentar os desafios em 2025. Agradecemos a todos que estiveram próximos à Companhia e contribuíram para esses resultados, especialmente nossos parceiros, colaboradores e acionistas.



Principais indicadores financeiros

R\$ mil (exceto quando indicado)	4T24	3T24	AH%	4T23*	AH%
Receita operacional líquida	1.287.676	1.243.880	3,5%	1.162.421	10,8%
Lucro bruto	373.353	364.482	2,4%	342.634	9,0%
<i>Margem bruta</i>	29,0%	29,3%	-0,3p.p	29,5%	-0,5p.p
EBITDA	165.315	150.534	9,8%	156.191	5,8%
<i>Margem EBITDA</i>	12,8%	12,1%	+0,7p.p	13,4%	-0,6p.p
Lucro líquido	127.539	129.383	-1,4%	150.012	-15,0%
<i>Margem líquida</i>	9,9%	10,4%	-0,5p.p	12,9%	-3,0p.p
ROIC (pre-tax)	18,1%	21,3%	-3,2p.p	21,8%	-3,7p.p

* **NOTA:** valores ajustados conforme divulgado no Relatório da Administração de 2023.

R\$ mil (exceto quando indicado)	2024	2023*	AH%
Receita operacional líquida	4.756.146	4.103.676	15,9%
Lucro bruto	1.462.629	1.306.420	12,0%
<i>Margem bruta</i>	30,8%	31,8%	-1,0p.p
EBITDA	642.151	566.045	13,4%
<i>Margem EBITDA</i>	13,5%	13,8%	-0,3p.p
Lucro líquido	528.412	511.038	3,4%
<i>Margem líquida</i>	11,1%	12,5%	-1,4p.p
ROIC (pre-tax)	18,1%	21,8%	-3,7p.p

* **NOTA:** valores ajustados conforme divulgado no Relatório da Administração de 2023.



Receita Operacional Líquida

De acordo com a sazonalidade esperada para o período, a receita operacional líquida no quarto trimestre foi a maior do ano e alcançou um crescimento de 10,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Com o atingimento de R\$1.287.676 mil nesse último trimestre do ano, a Companhia totaliza uma receita total anual de R\$4.756.146 mil, 15,9% superior ao exercício anterior. Observou-se crescimento nos três segmentos de atuação, e uma evolução positiva e constante de nossos negócios ao longo do ano.

Lucro bruto

Ao longo do quarto trimestre de 2024, a desvalorização da moeda brasileira frente, principalmente, ao Dólar Norte Americano, continuou impactando nossos custos. Ainda que, de forma mais suave do que o ocorrido no terceiro trimestre devido à evolução dos estoques, esse fator contribuiu para que o crescimento do lucro bruto fosse inferior ao crescimento da receita líquida, alcançando 9,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

R\$ mil (exceto quando indicado)	4T24	3T24	AH%	4T23	AH%
Receita operacional líquida	1.287.676	1.243.880	3,5%	1.162.421	10,8%
Custo dos produtos vendidos	(914.323)	(879.398)	4,0%	(849.200)	7,7%
Lucro bruto	373.353	364.482	2,4%	313.221	19,2%
(+) Custo não recorrente	-	-	-	29.413	-
Lucro bruto Ajustado	373.353	364.482	2,4%	342.634	9,0%
Margem Bruta	29,0%	29,3%	-0,3p.p	26,9%	+2,1p.p
Margem Bruta Ajustada	29,0%	29,3%	-0,3p.p	29,5%	-0,5p.p

Observa-se também, ao calcular a margem bruta consolidada, uma oscilação negativa de 0,5p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, e de 0,3p.p. se comparado ao terceiro trimestre de 2024, uma oscilação de margem considerada dentro da normalidade da operação, mesmo frente a um cenário de desvalorização relevante da moeda local.

R\$ mil (exceto quando indicado)	2024	2023	AH%
Receita operacional líquida	4.756.146	4.103.676	15,9%
Custo dos produtos vendidos	(3.293.517)	(2.826.669)	16,5%
Lucro bruto	1.462.629	1.277.007	14,5%
(+) Provisão Adicional de Estoque	-	29.413	-
Lucro bruto Ajustado	1.462.629	1.306.420	12,0%
Margem Bruta	30,8%	31,1%	-0,3p.p
Margem Bruta Ajustada	30,8%	31,8%	-1,0p.p

Em comparação com o exercício de 2023, observa-se uma compressão de 1,0 ponto percentual na margem bruta, principalmente afetada pelo aumento dos custos operacionais ao longo do ano, consequência da desvalorização da moeda a partir do segundo trimestre deste ano, da alta dos custos logísticos e os custos industriais mais elevados para a construção de um estoque adicional para enfrentar a crise hídrica no Rio Amazonas e a transição do ERP da Companhia.

Despesas operacionais

As despesas operacionais totais no quarto trimestre evoluíram bem e foram levemente inferiores ao terceiro trimestre.

Sequencialmente, observa-se um crescimento das despesas com vendas inferior ao crescimento da receita operacional líquida, dentro do previsto para o período e em linha com o realizado desde o segundo trimestre de 2024.

R\$ mil (exceto quando indicado)	4T24	3T24	AH%	4T23	AH%
Com vendas	(174.354)	(170.379)	2,3%	(142.534)	22,3%
Administrativas e gerais	(64.190)	(65.526)	-2,0%	(57.438)	11,8%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.729	(2.872)	-229,8%	55.427	-93,3%
Total	(234.815)	(238.777)	-1,7%	(144.545)	62,5%
(-) Baixa passivo financeiro	-	-	-	(63.933)	-
Total Ajustado	(234.815)	(238.777)	-1,7%	(208.478)	12,6%

Por sua vez, ao longo do exercício de 2024 as despesas cresceram 12,0%, abaixo do crescimento da receita operacional líquida, mas de proporção idêntica ao crescimento do lucro bruto, principalmente devido à compressão da margem bruta observada durante o segundo semestre. Os dados anuais podem ser observados na tabela abaixo:

R\$ mil (exceto quando indicado)	2024	2023	AH%
Com vendas	(644.734)	(560.321)	15,1%
Administrativas e gerais	(259.342)	(238.140)	8,9%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(14.236)	42.779	-133,3%
Total	(918.312)	(755.682)	21,5%
(-) Baixa passivo financeiro	-	(63.933)	-
Total Ajustado	(918.312)	(819.615)	12,0%

EBITDA

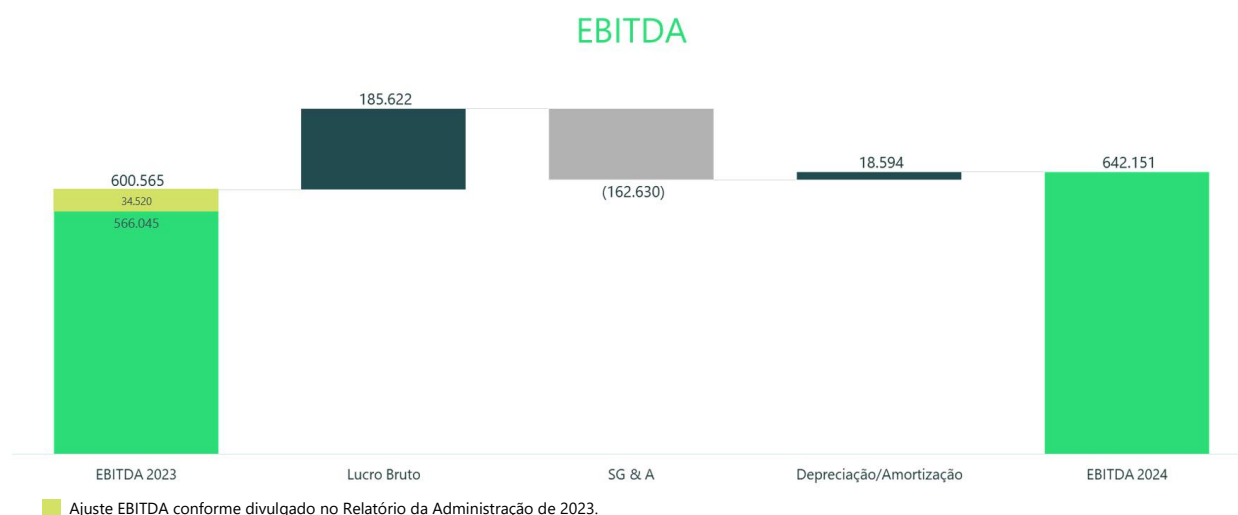
Apesar da forte pressão conjuntural nos custos, associada à desvalorização do real, observou-se um crescimento de 5,8% em relação ao Ebitda ajustado do quarto trimestre de 2023. Considerando a evolução do resultado ao longo do exercício, a melhora sequencial de 0,7p.p. na margem Ebitda em relação ao terceiro trimestre reflete a capacidade de controle de despesas e de ajustes de preços da Companhia. A tabela a seguir, apresenta os dados trimestrais:

R\$ mil (exceto quando indicado)	4T24	3T24	AH%	4T23	AH%
Receita operacional líquida	1.287.676	1.243.880	3,5%	1.162.421	10,8%
Lucro Bruto	373.353	364.482	2,4%	313.221	19,2%
(-) Despesas SG & A	(234.815)	(238.777)	-1,7%	(144.545)	62,4%
(+) Depreciação	15.484	14.653	5,7%	14.424	7,3%
(+) Amortização	11.293	10.176	11,0%	7.611	48,4%
EBITDA	165.315	150.534	9,8%	190.711	-13,3%
(+) Custo não recorrente	-	-	-	29.413	-
(-) Baixa passivo financeiro	-	-	-	(63.933)	-
EBITDA Ajustado	165.315	150.534	9,8%	156.191	5,8%
% EBITDA	12,8%	12,1%	+0,7p.p	16,4%	-3,6p.p
% EBITDA Ajustado	12,8%	12,1%	+0,7p.p	13,4%	-0,6p.p

Com relação à evolução anual, conforme já comentado na seção do Lucro Bruto, ao longo do exercício de 2024, a Companhia enfrentou alta em seus custos operacionais, devido à elevação de custos logísticos e à depreciação da moeda local, bem como com a construção adicional de estoques para enfrentar a migração de seu ERP e evitar novos desabastecimentos no mercado devido à seca prevista no Rio Amazonas. Frente a este cenário, executou incrementos de preços em seu portfólio sempre que necessário e controlou suas despesas, o que contribuiu para encerrar o ano com sua margem Ebitda alinhada com o histórico de resultados da Companhia. A margem Ebitda de 13,5% foi 0,3p.p. inferior à margem ajustada apurada em 2023 e representa um crescimento de 13,4% em relação ao Ebitda ajustado do mesmo período.

R\$ mil (exceto quando indicado)	2024	2023	AH%
Receita operacional líquida	4.756.146	4.103.676	15,9%
Lucro Bruto	1.462.629	1.277.007	14,5%
(-) Despesas SG & A	(918.312)	(755.682)	21,5%
(+) Depreciação	55.932	52.027	7,5%
(+) Amortização	41.902	27.213	54,0%
EBITDA	642.151	600.565	6,9%
(+) Custo não recorrente	-	29.413	-
(-) Baixa passivo financeiro	-	(63.933)	-
EBITDA Ajustado	642.151	566.045	13,4%
% EBITDA	13,5%	14,6%	-1,1p.p
% EBITDA Ajustado	13,5%	13,8%	-0,3p.p

A evolução do Ebitda ao longo do ano pode ser observada no gráfico abaixo:



Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido negativo no quarto trimestre foi impactado por uma variação cambial expressiva, decorrente da volatilidade da moeda local. Além disso, a alocação de capital para a formação de estoques mais elevados no trimestre anterior, somada à consequente redução do caixa disponível para aplicações financeiras, resultou em uma diminuição da receita financeira.

R\$ mil (exceto quando indicado)	4T24	3T24	AH%	4T23	AH%	2024	2023	AH%
Receita financeira	48.620	51.539	-5,7%	54.402	-10,6%	202.645	222.743	-9,0%
Despesa financeira	(48.071)	(43.124)	11,5%	(49.925)	-3,7%	(166.959)	(214.430)	-22,1%
Variação cambial	(26.672)	(7.978)	234,3%	1.017	-2.722,6%	(65.168)	(12.944)	403,5%

Lucro líquido

O lucro líquido do quarto trimestre totalizou R\$127.539 mil, 15,0% abaixo do realizado no mesmo período do ano anterior, impactado pela contribuição negativa do resultado financeiro. Esse valor corresponde a uma margem líquida de 9,9%.

Com referência ao exercício de 2024, o lucro líquido acumulado de R\$528.412 mil representa um crescimento de 3,4% em relação ao realizado em 2023. Ao longo do período, observaram-se variações cambiais significativas, que impactaram de forma relevante o segundo e o quarto trimestres do ano. Por outro lado, a margem líquida do exercício, de 11,1% está em linha com nossos resultados históricos.

ROIC (pre-tax)

Seguindo a estratégia de maior alocação de capital em estoques, que incrementou nosso capital empregado em 34,6% quando comparado ao ano anterior, nosso ROIC apresentou uma queda anual de 3,7p.p. Essa estratégia efetivamente deduziu os impactos operacionais e de abastecimento de nossos clientes durante o período de secas no Rio Amazonas e com a transição de nosso ERP, mas foi a principal responsável pela redução de nosso ROIC ao patamar de 18,1%.

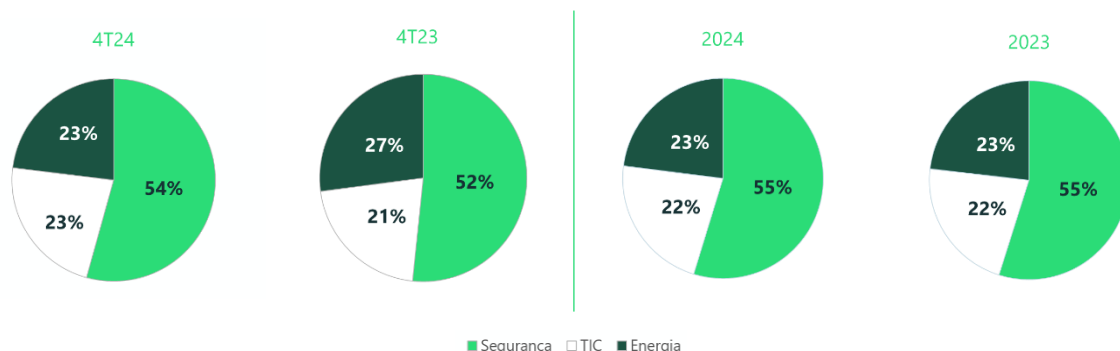
A Companhia apura seu ROIC (pre-tax) a partir do resultado dos últimos 12 meses reportados. Os detalhes do cálculo podem ser observados na tabela abaixo:

R\$ mil (exceto quando indicado)	4T24	3T24	AH%	4T23	AH%
Lucro operacional antes do resultado financeiro LTM (a)	544.317	574.455		521.325	
Imposto de renda e contribuição social LTM	13.577	8.815		28.864	
NOPAT LTM (b)	557.894	583.270	-4,4%	550.189	1,4%
(Caixa)/Dívida líquida	35.547	(173.267)		(389.154)	
Patrimônio líquido	2.966.536	2.867.568		2.623.522	
Capital empregado (c)	3.002.083	2.694.301	11,4%	2.234.368	34,4%
ROIC Pre-tax (a)/(c)	18,1%	21,3%	-3,2p.p	23,3%	-5,2p.p
ROIC Pre-tax Ajustado	18,1%	21,3%	-3,2p.p	21,8%	-3,7p.p

NOTA: LTM refere-se à soma dos últimos 12 meses.



Evolução do negócio por segmento de atuação



Conforme pode ser observado nos gráficos acima, a composição de nossa receita operacional líquida se mantém pouco alterada em 2023 e 2024 e é muito semelhante à realizada neste trimestre. A tabela a seguir apresenta as receitas operacionais líquidas por segmento de atuação e sua evolução:

R\$ mil (exceto quando indicado)	4T24	4T23	AH%	2024	2023	AH%
Intelbras	1.287.676	1.162.421	10,8%	4.756.146	4.103.676	15,9%
Segurança	699.309	600.436	16,5%	2.602.713	2.225.214	17,0%
Tecnologia da Informação e Comunicação	291.531	247.308	17,9%	1.062.207	907.919	17,0%
Energia	296.836	314.677	-5,7%	1.091.226	970.543	12,4%

Maiores detalhes a respeito da evolução dos negócios em cada um dos segmentos de atuação podem ser encontrados a seguir:

Segurança

A Receita operacional líquida anual de Segurança atingiu R\$2.602.713 mil, 17,0% acima da receita realizada em 2023. As estratégias de portfólio e de endereçamento de mercados ainda em desenvolvimento, como Controladores de Acesso e equipamentos para Casa Inteligente, vem contribuindo de forma significativa para esse resultado. Destaca-se também que de forma gradual e estruturada, estamos crescendo nossa atuação em projetos de maior porte, através de nossos distribuidores InProject e de nossa equipe interna de atendimento a esses clientes.

No quarto trimestre, com o estoque ampliado, a receita evoluiu conforme o previsto e alinhada com o observado em campo, nas vendas de nossos distribuidores. Os incrementos de preço nas tabelas realizados pela Companhia também foram acompanhados pelo mercado em geral, de forma que as atividades comerciais seguiram aquecidas.

Por outro lado, o incremento sequencial de custos devido à depreciação do câmbio manteve as margens comprimidas durante o quarto trimestre. À medida que a moeda se estabilize, as tabelas de preço refletirão os novos patamares de custos.

Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Assim como observado em Segurança, o segmento de TIC apresentou um crescimento de sua receita operacional líquida anual de 17,0%, e atingiu o patamar de R\$1.062.226 mil em 2024. Esse crescimento foi construído a partir da correta execução da estratégia de introdução de dois novos portfólios, com duas relevantes parceiras assinadas ao final de 2023.

Por outro lado, as receitas de conversores de Banda KU, que haviam representado R\$40.019 mil em 2023, no atual exercício foram pouco relevantes, e atingiram R\$6.104 mil. Em uma análise desconsiderando tais receitas, observa-se que o segmento atingiu 21,6% de crescimento em comparação ao ano anterior.

No quarto trimestre de 2023, foi registrada a maior parcela da receita de Banda KU, totalizando R\$26.025 mil. Considerando essa receita na base comparativa, o crescimento do segmento foi de 17,9%. Já ao excluir essa receita da análise, observa-se um crescimento ainda mais expressivo, de 31,7%.

A presença da Companhia nos mercados endereçados pelos novos portfólios ainda está em fase inicial, mas avançando com uma visão de longo prazo, estruturando cada passo com solidez. Essa construção envolve não apenas a ampliação da oferta, mas também o fortalecimento das operações e do suporte aos clientes, criando bases sustentáveis para o crescimento futuro.

No canal de provedores (ISPs), estamos expandindo nossa atuação ao oferecer um portfólio cada vez mais completo, que inclui redes e cabos ópticos, soluções para casas inteligentes, sistemas de segurança e energia. Paralelamente, no mercado de Integradores de TI, disponibilizamos um portfólio completo de redes *enterprise* e cabeamento estruturado, atendendo demandas de diversos portes.

Além disso, em 2024, reforçamos nossa capilaridade comercial, aprimoramos o suporte pós-venda e expandimos a oferta de treinamentos para os portfólios de rádios profissionais, fortalecendo ainda mais nossa presença no mercado.

Entretanto, assim como já observado no segmento de segurança, a contínua elevação dos custos decorrente da depreciação cambial manteve a pressão sobre nossas margens no último trimestre do ano. Seguimos atentos a esses desafios, ajustando estratégias para garantir competitividade e sustentabilidade ao longo do tempo.

Energia

Ao longo do ano, nosso segmento de Energia obteve sucesso em recuperar sua rentabilidade e reduzir a dependência da categoria de produtos Geradores Solar On-Grid. O crescimento de sua receita total do segmento de 12,4% é reflexo dessa estratégia, e a elevou ao montante de R\$1.091.226 mil.

As demais categorias de produtos que compõem o segmento de Energia continuam sua trajetória de crescimento, e se consolidam como importantes linhas de negócios da Companhia. Trata-se de um portfólio que é bastante aderente ao nosso canal parceiro, e que já vem demonstrando sua relevância, tanto na receita da Companhia como no seu mercado de atuação.

No quarto trimestre, o segmento apresenta um crescimento sequencial de receita, quando comparado ao terceiro trimestre do ano, mas uma queda de 5,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Por outro lado, ainda que com queda na receita, observa-se uma melhora relevante no lucro bruto, que é 64,2% superior ao apurado no mesmo período do ano anterior, mesmo com toda a pressão de custos ocorrida durante o último trimestre.



Posição de caixa e dívidas

Em decorrência da estratégia adotada para elevação dos estoques durante o trimestre anterior, e ao vencimento dos prazos de pagamento de uma parcela relevante desse material, observa-se um consumo de caixa operacional de R\$117.956 mil nesse trimestre, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

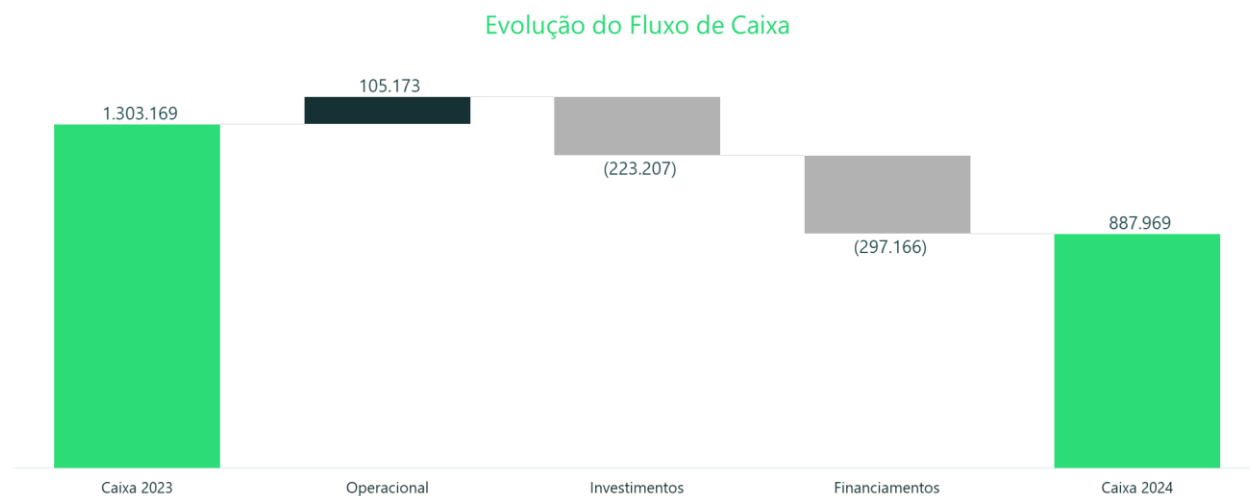
R\$ mil (exceto quando indicado)	4T24	3T24	AH R\$	4T23	AH R\$
Caixa início trimestre	1.133.638	1.249.597	(115.959)	1.198.471	(64.833)
Atividade operacional	(117.956)	1.472	(119.428)	246.849	(364.805)
Atividade investimento	(64.662)	(52.218)	(12.444)	(65.263)	601
Atividade financiamento	(63.051)	(65.213)	2.162	(76.888)	13.837
Caixa final trimestre	887.969	1.133.638	(245.669)	1.303.169	(415.200)

Ao longo de 2024, se observou uma geração de caixa operacional inferior ao realizado no ano anterior, principalmente devido ao incremento na necessidade de capital de giro pela elevação planejada dos estoques. Essa alocação em estoques é temporária, e ao longo de 2025 a necessidade de capital de giro deve retornar aos seus patamares históricos.

R\$ mil (exceto quando indicado)	2024	2023	AH R\$
Caixa início período	1.303.169	1.556.826	(253.657)
Atividade operacional	105.173	548.888	(443.715)
Atividade investimento	(223.207)	(214.378)	(8.829)
Atividade financiamento	(297.166)	(588.167)	291.001
Caixa final período	887.969	1.303.169	(415.200)

Nas atividades de investimento, além dos recursos alocados em imobilizados que reduziram se comparados a 2023, foi sendo desenvolvida durante todo o período a implantação do novo ERP, que vinha sendo reportada como projeto em andamento em nosso ativo intangível.

A representação gráfica da evolução do caixa ao longo do ano pode ser observada a seguir:



Nossas dívidas se mantêm em um patamar adequado e estável em relação ao ano anterior e o detalhamento está disponível na seguinte tabela:

Instituição	31/12/2024		30/09/2024		31/12/2023
	Principal + Encargos	Movimentação	Principal + Encargos	Movimentação	Principal + Encargos
BNDES	250.542	(11.424)	261.966	36.001	225.965
FINEP	147.759	(8.809)	156.568	9.579	146.989
Debêntures	509.902	(14.462)	524.364	14.601	509.763
Bancos e Cooperativas de Crédito	15.313	(2.160)	17.473	(13.825)	31.298
Total Empréstimos	923.516	(36.855)	960.371	46.356	914.015

* **NOTA:** valores da tabela em R\$ mil

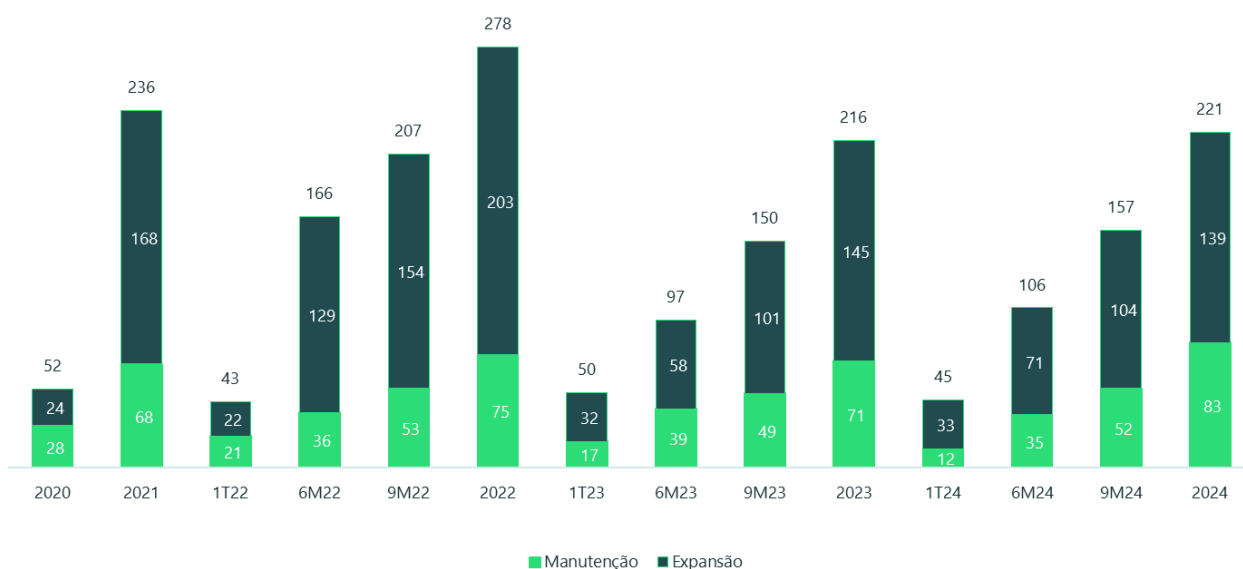


CAPEX

Durante todo o período de 2024, o principal investimento em Capex de expansão foi a finalização da obra de construção do novo Centro de Distribuição em São José/SC.

Adicionalmente, ao longo do ano, a Companhia investiu na implementação de seu novo sistema ERP. Essa implementação representou cerca de 40% do Capex de expansão de todo o período, e se encerrou ao término do ano, quando o antigo sistema foi desligado e o novo sistema entrou em operação. O gráfico abaixo representa a evolução do CAPEX em todo o ano de 2024:

Evolução CAPEX (Em milhões de R\$)



Perspectivas

Nos últimos quatro anos, diversas iniciativas foram implementadas com o objetivo de manter o ritmo de crescimento da Companhia. Muitas dessas ações tiveram sucesso, embora outras não tenham se concretizado conforme previsto. Os ajustes necessários são realizados nas revisões orçamentárias e as medidas para mitigar impactos negativos ou acelerar os positivos são imediatamente implantadas. Nesse contexto, além de decisões comerciais, decisões estruturais também foram tomadas e executadas.

O ano de 2025 começou com a operação de nosso novo ERP, uma ferramenta essencial para darmos continuidade ao plano de crescimento, com foco na melhoria da eficiência e da governança de todos os processos. As projeções de operações e faturamento vem sendo cumpridas, com esforços concentrados no reestabelecimento dos volumes durante as primeiras semanas do ano, de modo a minimizar qualquer impacto negativo no abastecimento de nossos clientes e nos nossos negócios.

A implementação do novo ERP demandou um planejamento detalhado de todas as áreas da Companhia, especialmente das operações, que precisaram trabalhar com níveis elevados de estoque para mitigar possíveis atrasos na migração. Como resultado, a pressão sobre a necessidade de capital de giro observada durante o último semestre do ano não é estrutural, e ao longo de 2025, será possível observar a recuperação dos padrões históricos de operação e geração de caixa operacional.

Em relação aos segmentos de negócios, as estratégias definidas em 2024 para alcançar o crescimento reportado no período continuam em vigor. Existem oportunidades de expansão em negócios significativos nas três Unidades de Negócios (BUs), ao mesmo tempo que existem áreas que exigem melhorias operacionais e estão sendo endereçadas. Nosso plano negócios de cinco anos, revisado anualmente, continua projetando expansões alinhadas ao nosso histórico mais longo, garantindo à Companhia um ritmo de crescimento adequado para alcançar melhores níveis de retorno sobre o capital investido.

A posse do nosso novo CEO, marcada para 1º de abril de 2025 inicia um novo ciclo na Companhia. O seu sucesso será baseado no aprendizado adquirido ao longo de sua trajetória profissional, como executivo relevante na Companhia, e no suporte da estrutura corporativa, dando continuidade às conquistas dos últimos 20 anos sob a liderança do atual CEO.

Assim, a melhoria contínua do novo ERP, a otimização do capital de giro e o crescimento estruturado da receita serão os principais focos desta nova administração em seu primeiro ano na posição.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e aos Administradores da
Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

*Realização de impostos diferidos ativos*Porque é um PAA

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4.3 e nº 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta saldos de impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados relacionados substancialmente a controlada Renovigi Energia Solar Ltda., a qual atua no segmento de energia solar e que apresentou prejuízos no exercício corrente. Diante desse cenário se torna necessária a avaliação por parte da Companhia das projeções de lucros tributáveis futuros para utilização dos prejuízos fiscais e base negativa acumulados e, conseqüentemente, a realização do ativo diferido.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são materiais para a auditoria; (ii) a estimativa de resultados tributáveis futuros necessários para realização dos impostos diferidos ativos é complexa e envolve subjetividade em relação as premissas utilizadas e trata-se de um julgamento relevante da Diretoria; (iii) alterações nas premissas adotadas poderiam ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e no valor dos impostos diferidos ativos; e (iv) o assunto gerou extensão de procedimentos de auditoria e interações com a Diretoria da Companhia para avaliação do tema.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) recálculo dos impostos diferidos; (ii) avaliação da razoabilidade da metodologia, das premissas relevantes utilizadas pela Companhia na preparação da projeção de lucros tributáveis futuros e consistência com as informações do mercado e/ou dados históricos e se são condizentes com o orçamento aprovado pelos órgãos de Governança da Companhia, analisando também a intenção e capacidade da Diretoria em executar o plano; e (iii) avaliação das divulgações requeridas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base em nossos procedimentos anteriormente descritos e as evidências de auditoria obtidas entendemos que os critérios de reconhecimento contábil dos impostos diferidos ativos e as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento de verbas comerciais redutoras das receitas (“rebates”)

Porque é um PAA

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.15, nº 4.6 e nº 26 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta saldos significativos de verbas comerciais relacionadas a programas de descontos e incentivos a vendas, pelos quais oferece abatimentos por volume de vendas aos seus clientes mediante o atingimento de determinadas metas comerciais pré-definidas. Os descontos são apresentados como deduções das vendas, quando associados ao preço da transação. A Companhia adota estimativas com base em critérios dos contratos e dados históricos para estimar o valor de ajuste das suas receitas.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores registrados são considerados materiais para a auditoria; (ii) há uma quantidade relevante de programas de descontos os quais são calculados através de planilhas eletrônicas e envolvem alto grau de complexidade; (iii) alterações nas premissas adotadas poderiam ter impactos relevantes nos valores envolvidos, e consequentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; e (iv) o assunto gerou extensão de procedimentos de auditoria e frequentes interações com a Diretoria da Companhia para avaliação do tema.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Diretoria; (ii) obtenção do entendimento dos programas de incentivos à vendas em vigência no exercício; (iii) recálculo por amostragem de valores de incentivos à vendas concedidos aos clientes e teste da documentação suporte que inclui contratos, comprovantes de pagamentos ou de compensações para avaliação da acuracidade dos cálculos realizados pela Companhia; (iv) avaliação das divulgações requeridas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base em nossos procedimentos anteriormente descritos e as evidências de auditoria obtidas entendemos que os critérios de reconhecimento contábil dos programas de descontos e incentivos à vendas e as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da Governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR



Otávio Ramos Pereira

Contador

CRC nº RS 057770/O-2

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira


Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	887.969	1.303.169	698.114	1.254.967
Títulos e valores mobiliários	6	140	2.916	-	1.545
Contas a receber de clientes	7	1.213.341	950.998	1.214.722	897.619
Estoques	8	1.772.722	1.167.552	1.575.981	1.039.756
Tributos a recuperar	9	133.012	154.276	97.221	84.174
Instrumentos financeiros derivativos	25.2	28.815	-	23.845	-
Outros créditos		40.784	34.839	35.853	29.838
Total do ativo circulante		4.076.783	3.613.750	3.645.736	3.307.899
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6	10.833	9.771	10.833	9.771
Contas a receber de clientes	7	35.576	23.669	34.041	23.669
Depósitos judiciais	17.c	5.120	5.754	4.907	5.546
Tributos diferidos	24	83.447	66.539	51.319	45.059
Tributos a recuperar	9	62.794	972	8.999	4.717
Partes relacionadas	32	-	-	-	136.648
Outros créditos		783	6.539	101	6.456
Investimentos	11	5.849	3.739	680.279	467.066
Direito de uso de arrendamento	10	17.293	12.661	11.771	7.963
Imobilizado	12	686.234	605.335	648.907	569.531
Intangível	13	584.809	539.556	185.585	134.273
Total do ativo não circulante		1.492.738	1.274.535	1.636.742	1.410.699
Total do ativo		5.569.521	4.888.285	5.282.478	4.718.598

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	14.a	879.200	698.061	741.888	671.309
Fornecedores risco sacado	14.b	340.406	179.063	327.025	179.063
Financiamentos e empréstimos	15	211.119	120.483	202.663	95.581
Arrendamento mercantil	10	6.981	5.169	5.101	4.552
Instrumentos financeiros derivativos	25.2	-	3.782	-	3.213
Salários, encargos e participações a pagar	16	121.788	112.448	109.937	101.585
Tributos a recolher		43.915	28.822	33.461	22.481
Provisão para garantias	18	45.042	27.394	24.198	19.243
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	17.a	1.767	1.329	1.677	1.071
Obrigações por aquisição de empresa	19	979	7.706	979	7.706
Juros sobre capital próprio/dividendos	21.g	29.505	45.702	29.505	45.702
Outras contas a pagar	20	115.669	136.327	98.086	116.241
Total do passivo circulante		1.796.371	1.366.286	1.574.520	1.267.747
Passivo não circulante					
Financiamentos e empréstimos	15	712.397	793.532	705.540	787.135
Arrendamento mercantil	10	11.233	8.143	7.160	3.751
Tributos a recolher		1.486	979	342	957
Provisão para garantias	18	23.050	32.518	-	-
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	17.a	18.929	20.232	13.493	15.111
Obrigações por aquisição de empresa	19	25.117	26.837	25.117	26.837
Outras contas a pagar	20	14.402	16.236	14.397	16.236
Total do passivo não circulante		806.614	898.477	766.049	850.027
Patrimônio líquido					
Capital social	21.a	1.700.000	1.700.000	1.700.000	1.700.000
Reserva de capital	21.b	(26.701)	(26.701)	(26.701)	(26.701)
Ações em tesouraria	21.d	(733)	-	(733)	-
Reserva de lucros	21.c	1.267.578	927.806	1.267.578	927.806
Ajustes de avaliação patrimonial	21.e	(1.125)	(969)	(1.125)	(969)
Ajustes acumulados de conversão	21.f	2.890	688	2.890	688
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		2.941.909	2.600.824	2.941.909	2.600.824
Participação de não controladores		24.627	22.698	-	-
Total do patrimônio líquido		2.966.536	2.623.522	2.941.909	2.600.824
Total do passivo e patrimônio líquido		5.569.521	4.888.285	5.282.478	4.718.598

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira


Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	26	4.756.146	4.103.676	4.462.988	3.792.130
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27	(3.293.517)	(2.826.669)	(3.147.351)	(2.635.830)
Lucro bruto		1.462.629	1.277.007	1.315.637	1.156.300
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	28	(644.734)	(560.321)	(577.892)	(485.505)
Administrativas e gerais	28	(259.342)	(238.140)	(208.946)	(189.708)
Equivalência patrimonial	11	-	-	(1.019)	(30.701)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	(14.236)	42.779	12.399	71.219
		(918.312)	(755.682)	(775.458)	(634.695)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		544.317	521.325	540.179	521.605
Receitas financeiras	29	202.645	222.743	196.778	228.262
Despesas financeiras	29	(166.959)	(214.430)	(158.326)	(198.182)
Variação cambial líquida	29	(65.168)	(12.944)	(55.957)	(15.626)
Resultado antes dos impostos		514.835	516.694	522.674	536.059
Imposto de renda e contribuição social - correntes	24.b	(3.377)	(7.731)	-	(3.438)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	24.b	16.954	36.595	6.260	11.610
Lucro líquido do exercício		528.412	545.558	528.934	544.231
Lucro líquido do exercício atribuído para:					
Participação controladores		528.934	544.231	528.934	544.231
Participação de não controladores		(522)	1.327	-	-
Lucro líquido do exercício		528.412	545.558	528.934	544.231
Lucro líquido por ação - Básico e diluído (em R\$)	22	1,61	1,66	1,61	1,66

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	528.412	545.558	528.934	544.231
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Outros resultados abrangentes				
Variação cambial sobre investimentos no exterior	2.985	764	2.202	598
Resultado abrangente total	531.397	546.322	531.136	544.829
Resultado abrangente atribuído para:				
Participação controladores	531.136	544.829	531.136	544.829
Participação de não controladores	261	1.493	-	-

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Nota	Capital social	Gastos com emissão de ações	Ações em tesouraria	Reserva de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
				Legal	Incentivos fiscais	Lucros retidos	Investimentos						
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.074.500	(26.701)	-	105.418	281.307	297.256	500.000	(833)	90	-	2.231.037	17.245	2.248.282
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(136)	-	136	-	-	-
Adição de minoritário em função de combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.960	3.960
Variação cambial sobre investimento em controladas no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	598	-	598	166	764
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(29.410)	-	-	-	-	(29.410)	-	(29.410)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(38.895)	-	-	-	-	(38.895)	-	(38.895)
Aumento no limite da reserva de investimentos	-	-	-	-	-	(228.951)	228.951	-	-	-	-	-	-
Aumento do capital social	625.500	-	-	-	(281.307)	-	(344.193)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	544.231	544.231	1.327	545.558
Destinações													
Reserva legal	-	-	-	27.212	-	-	-	-	-	(27.212)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	3.099	-	-	-	-	(3.099)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(52.500)	-	-	(52.500)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.237)	(54.237)	-	(54.237)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	-	407.319	-	-	(407.319)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.700.000	(26.701)	-	132.630	3.099	-	792.077	(969)	688	-	2.600.824	22.698	2.623.522
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(156)	-	156	-	-	-
Adição de minoritário em função de combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.216	2.216
Variação cambial sobre investimento em controladas no exterior	11.1	-	-	-	-	-	-	-	2.202	-	2.202	783	2.985
Dividendos adicionais	21.g	-	-	-	-	-	(58.558)	-	-	-	(58.558)	-	(58.558)
Juros sobre capital próprio	21.g	-	-	-	-	-	(40.357)	-	-	-	(40.357)	-	(40.357)
Dividendos não-controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(548)	(548)
Recuperação de ações	21.d	-	-	(733)	-	-	-	-	-	-	(733)	-	(733)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	528.934	528.934	(522)	528.412
Destinações													
Reserva legal	21.c	-	-	-	26.447	-	-	-	-	(26.447)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21.g	-	-	-	-	-	-	-	-	(90.403)	(90.403)	-	(90.403)
Reserva de investimentos	21.c	-	-	-	-	-	412.240	-	-	(412.240)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.700.000	(26.701)	(733)	159.077	3.099	-	1.105.402	(1.125)	2.890	-	2.941.909	24.627	2.966.536

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos impostos		514.835	516.694	522.674	536.059
Ajustes por:					
Juros provisionados e variação cambial		244.800	150.014	219.979	124.813
Depreciação	10;12	55.932	52.027	48.727	43.303
Amortização	13	41.902	27.213	24.476	10.346
Resultado de equivalência patrimonial	11.a	-	-	1.019	30.701
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	17.a	3.522	976	3.321	23
Provisão para perda de crédito esperada	7	7.093	6.016	6.206	5.560
Provisão para perdas com estoques	8	32.413	12.177	32.439	44.198
Créditos tributários	28	(134.214)	(120.930)	(132.633)	(119.172)
Ajuste a valor presente		4.971	(1.547)	4.631	(1.166)
Provisão descontos comerciais		(351)	18	(558)	(172)
Provisão para garantias	18	8.180	(12.052)	4.955	(1.087)
Instrumentos financeiros derivativos		(34.869)	7.253	(29.330)	6.891
Resultado na baixa de passivo financeiro	19	-	(63.933)	-	(63.933)
Resultado na baixa de arrendamentos, imobilizado e intangível	10;12;13	11.722	17.667	10.020	17.013
		755.936	591.593	715.926	633.585
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) redução em contas a receber de clientes		(286.622)	(132.224)	(339.289)	(126.867)
(Aumento) redução em estoques		(632.913)	185.433	(564.320)	80.436
(Aumento) redução em tributos a recuperar		93.656	106.627	115.304	99.093
(Aumento) redução em depósitos judiciais		634	(994)	639	(918)
(Aumento) redução em outros ativos		2.205	(11.486)	823	(13.362)
Aumento (redução) em fornecedores		182.262	(175.011)	138.080	(93.757)
Aumento (redução) em salários, encargos e participação a pagar		9.340	(6.558)	8.352	(6.259)
Aumento (redução) em tributos a recolher		14.877	(3.161)	9.303	(2.802)
Aumento (redução) em outras contas a pagar		(26.411)	4.877	(23.942)	35.992
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.791)	(10.208)	(4.075)	(6.271)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		105.173	548.888	56.801	598.870
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de bens dos ativos imobilizados	12;33	(136.587)	(171.080)	(128.067)	(162.862)
Aquisições de bens dos ativos intangíveis	13	(84.510)	(42.743)	(76.776)	(40.812)
Aquisições de investimentos em controladas (líquido do caixa e equivalentes de caixa adquirido)	11;33	-	(1.985)	-	(9.131)
Aumento de capital em investida	11;33	-	-	(143.990)	(58.228)
Dividendos recebidos	11	-	-	10.246	5.500
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	-	-	(142.400)
Aquisições (baixas) de outros investimentos	11	(2.110)	1.430	(2.081)	1.450
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(223.207)	(214.378)	(340.668)	(406.483)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos tomados (líquido dos custos de transação)	15	131.609	29.350	94.792	27.000
Empréstimos pagos (principal)	15	(131.320)	(219.398)	(75.754)	(79.984)
Empréstimos pagos (juros)	15	(78.625)	(90.438)	(75.895)	(86.342)
Pagamento de arrendamento (principal)	10	(6.895)	(7.586)	(5.511)	(5.346)
Pagamento de arrendamento (encargos financeiros)	10	(1.543)	(1.731)	(774)	(301)
Pagamento por aquisição de empresas (principal)	19	(8.267)	(115.338)	(8.267)	(115.338)
Pagamento por aquisição de empresas (juros)	19	(466)	(9.821)	(466)	(9.821)
Programa recompra de ações	21.d	(733)	-	(733)	-
Pagamento de dividendos não-controladores		(548)	-	-	-
Dividendos pagos	21.g	(119.456)	(83.647)	(119.456)	(83.647)
Juros sobre o capital próprio pagos	21.g	(80.922)	(89.558)	(80.922)	(89.558)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos		(297.166)	(588.167)	(272.986)	(443.337)
Redução líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa		(415.200)	(253.657)	(556.853)	(250.950)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	1.303.169	1.556.826	1.254.967	1.505.917
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	887.969	1.303.169	698.114	1.254.967

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira


Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	5.665.165	4.917.270	5.361.971	4.579.169
Vendas de mercadorias, produtos e serviços líquido de devoluções	5.600.622	4.702.269	5.300.131	4.368.949
Receitas relativas à construção de ativos próprios	37.120	99.970	37.120	99.970
Outras receitas	34.516	121.047	30.926	115.810
Provisão para perda de crédito esperada	(7.093)	(6.016)	(6.206)	(5.560)
Insumos adquiridos de terceiros	(4.234.113)	(3.231.879)	(3.945.711)	(2.937.240)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(3.238.503)	(2.439.622)	(3.090.959)	(2.295.148)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(993.799)	(791.470)	(852.941)	(641.305)
Perda / recuperação de valores ativos	(1.811)	(787)	(1.811)	(787)
Valor adicionado bruto	1.431.052	1.685.391	1.416.260	1.641.929
Depreciação e amortização	(97.834)	(79.240)	(73.203)	(53.649)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.333.218	1.606.151	1.343.057	1.588.280
Valor adicionado recebido em transferência	490.207	372.172	461.065	327.308
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(1.019)	(30.701)
Receitas financeiras, variações cambiais positivas	490.207	372.172	462.084	358.009
Valor adicionado total a distribuir	1.823.425	1.978.323	1.804.122	1.915.588
Distribuição do valor adicionado	1.823.425	1.978.323	1.804.122	1.915.588
Pessoal	581.272	505.708	563.764	490.775
Remuneração direta	467.859	412.348	452.705	399.104
Benefícios	85.312	69.245	83.859	68.358
FGTS	28.101	24.115	27.200	23.313
Impostos, taxas e contribuições	189.880	545.837	228.114	533.091
Federais	71.318	95.789	93.240	88.368
Estaduais	114.070	447.297	131.920	443.469
Municipais	4.492	2.751	2.954	1.254
Remuneração de capitais de terceiros	523.861	381.220	483.310	347.491
Juros e variações cambiais negativas	518.310	375.493	478.213	342.244
Aluguéis	5.551	5.727	5.097	5.247
Remuneração de capitais próprios	528.412	545.558	528.934	544.231
Juros sobre o capital próprio e lucros distribuídos	90.403	106.737	90.403	106.737
Lucros retidos no exercício	438.009	438.821	438.531	437.494

1. Contexto operacional

A Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira (a “Companhia” ou “Intelbras”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 22 de março de 1976, com sede na cidade de São José (SC). Possui filial no próprio município de São José (SC) e nos municípios de Tubarão (SC), Santa Rita do Sapucaí (MG), Manaus (AM), Jaboatão dos Guararapes (PE). Possui também empresas controladas no Brasil nos municípios de Florianópolis (SC), Chapecó (SC), São José (SC) e no exterior na China, Colômbia e Uruguai.

A Companhia possui como atividades preponderantes a fabricação, desenvolvimento e comércio de (i) equipamentos de segurança eletrônica e serviços para vigilância e monitoramento eletrônico; (ii) equipamentos, serviços e terminais de consumo para comunicação de voz e/ou dados e meios para comunicação de voz e/ou dados de uso profissional, equipamentos de redes, meios e soluções para a infraestrutura de comunicação de dados; e (iii) produtos de energia e energia solar.

A Companhia está listada no segmento do Novo Mercado da B3 desde fevereiro de 2021 e tem suas ações negociadas sob o código “INTB3”.

A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2025.

1.1 Combinação de negócios - Aquisição Allume

No dia 06 de outubro de 2023, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, por meio do qual adquiriu 55% das ações representativas do capital social da Allume Holding S.A.S. (“Allume” ou “Adquirida”), empresa com a qual a Companhia já mantinha relacionamento comercial. Fundada em 1997 em Cali - Colômbia, a adquirida revende produtos relacionados à segurança eletrônica, redes, comunicação, automação predial e gestão de energia, oferecendo produtos de marca própria e de terceiros.

A adquirida possui quatro controladas diretas e é uma das líderes do mercado colombiano, reconhecida por sua abrangência e excelência no atendimento a distribuidores e revendedores locais. Na nota explicativa nº 11.2 a Companhia divulga maiores informações sobre esta aquisição.

1.2 Aunady S.A.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, por meio da constituição da empresa Aunady S.A., a Companhia iniciou operações no Uruguai com objetivo de fortalecer a presença no país. A controlada intermediará as vendas realizadas pela Companhia ao Uruguai e proporcionará maior suporte aos distribuidores e vendas locais.

2. Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que compreendem a legislação societária e as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no curso normal das operações e no pressuposto da continuidade dos negócios da Companhia. A Administração realiza uma avaliação sobre sua capacidade de continuar operando ao preparar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar conforme requerido pelas normas da CVM, não sendo uma demonstração prevista e obrigatória nas IFRS. Possui por finalidade a evidência da riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, exceto quando indicado de outra forma. Todas as informações apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo.

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação são preparadas usando-se a moeda funcional de cada investida. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas investidas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida.

2.3. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme relacionadas a seguir:

Denominação	Atividade principal	País	% Participação		Participação
			31/12/2024	31/12/2023	
Ascent Asia Limited	Consultoria comercial e gestão empresarial	China	100%	100%	Direta
Ascend Trading & Consultation (Shenzhen) Company Limited. (a)	Prestação de serviços de consultoria de comércio e logística	China	100%	100%	Indireta
Décio Indústria Metalúrgica Ltda.	Fabricação de estruturas para servidores	Brasil	100%	100%	Direta
Seventh Ltda.	Soluções voltadas à videomonitoramento, controle de acesso, portaria remota e gerenciamento de eventos	Brasil	100%	100%	Direta
Khomp Indústria e Comércio Ltda.	Desenvolvimento de produtos eletroeletrônicos de telecomunicação e de informática, e prestação de serviços nas áreas de consultoria	Brasil	75%	75%	Direta
Expectrun Tecnologia da Informação Ltda. (b)	Desenvolvimento de SaaS por meio de plataformas para aplicações IoT in Box	Brasil	70%	70%	Indireta
Renovigi Energia Solar Ltda.	Fabricação, comercialização e instalação de geradores fotovoltaicos	Brasil	100%	100%	Direta
Allume Holding S.A.S.	Investimentos em empresas Colombianas e Estrangeiras	Colômbia	55%	55%	Direta
Lince Comercial S.A.S. (c)	Distribuidor atacadista de produtos relacionados à segurança eletrônica, automação predial e gerenciamento de energia	Colômbia	100%	100%	Indireta
UXE S.A.S. (c)	Distribuidor de produtos Lince Comercial S.A.S.	Colômbia	100%	100%	Indireta
Modo Seguridad 365 S.A.S. (c)	Comercialização de sistemas e dispositivos de segurança eletrônica	Colômbia	100%	100%	Indireta
Emer-Tech LLC. (c)	Comercialização de produtos e periféricos de informática	Estados Unidos	100%	100%	Indireta
Aunady S.A.	Consultoria comercial	Uruguai	100%	-	Direta

(a) Investida da Ascent Asia Limited

(b) Investida da Khomp Indústria e Comércio Ltda, a qual detém 70% desta controlada;

(c) Investidas da Allume Holding S.A.S, a qual detém 100% destas controladas.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que estão presentes os seguintes elementos de controle: possuir poder em relação à investida; apresentar exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e possuir capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo pronunciamento técnico CPC 36 / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

- As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir;
- Todos os saldos relevantes de transações entre empresas do grupo são eliminados;
- Eliminação dos saldos de investimento na proporção de seu respectivo patrimônio;
- Reclassificação das mais-valias conforme a natureza de cada saldo; e
- Os lucros não realizados em transações entre empresas consolidadas foram integralmente eliminados.

A Companhia não possui investimentos em coligadas ou joint ventures.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores sobre os ativos líquidos identificados na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada à terceiros que não estejam sob controle da Companhia, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

3.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão.

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (R\$), moeda funcional, às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real (R\$) às taxas médias de câmbio.

3.3 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento, sendo classificados como (i) custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e (iii) ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos. Ou seja, como a Companhia gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. Desta forma, o modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando gera fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o saldo de principal em aberto. Essa avaliação é executada por instrumento financeiro. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo através do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Para contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento, a mensuração inicial é ao preço da operação.

Reconhecimento subsequente

Para fins de mensuração subsequente os ativos financeiros estão classificados na categoria descrita a seguir:

Custo amortizado: Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia nessa categoria incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente os passivos financeiros estão classificados na categoria descrita a seguir:

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos): após o reconhecimento inicial empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio, ágio ou deságio na aquisição e taxas e custos que são integrantes do método de taxa efetiva. Outros passivos financeiros da Companhia nessa categoria incluem, principalmente, fornecedores e outras contas a pagar com aquisição de empresas.

Desreconhecimento

Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, retiradas ou pagas. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos a fim de gerenciar sua exposição as flutuações na taxa de câmbio. As operações contratadas são reconhecidas a valor justo por meio do resultado, registrando os saldos no ativo e/ou passivo com contrapartida no resultado financeiro, na demonstração do resultado. Detalhes sobre as operações com derivativos estão descritos na nota explicativa nº 25.

3.4 Caixa e equivalente de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.5 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos gastos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

3.6 Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Variações cambiais de investimento no exterior são reconhecidas na conta de ajustes acumulados de conversão no patrimônio líquido.

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

3.7 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado, para o exercício corrente e comparativo são os seguintes:

	<u>Vidas úteis</u>
Edificações	80 anos
Máquinas, equipamentos e instrumentos	5 - 11 anos
Móveis e utensílios	15 anos
Instalações e benfeitorias	10 - 25 anos
Computadores	3 - 5 anos
Outros	3 - 5 anos

Outras adições são capitalizadas apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de dispêndio é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Capitalização de juros

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

3.8 Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio resultante da aquisição de controladas é apresentado nas demonstrações financeiras da controladora como parte do investimento e juntamente com os ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. O teste por perda de valor recuperável é feito anualmente, ou quando circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O ágio é alocado a uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Tendo em vista que a vida útil do ágio é indefinida, esses ativos não são amortizados, sendo submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*) anualmente, independentemente de haver ou não indicadores de riscos presentes.

(ii) Acordo de não competição

Os acordos de não-competição adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos ao valor justo na data da aquisição. Os acordos de não-competição têm vida útil definida e são contabilizados ao seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada do acordo de não competição, estimada em 5 anos.

(iii) Marcas e patentes

As marcas registradas e patentes são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e patentes avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 8 a 14 anos.

(iv) Projetos em andamento

Os custos com projetos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto dos projetos, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento dos projetos e uma parcela adequada das despesas diretas.

Os custos com desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projetos reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

(v) Relacionamento com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas ao valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas ao seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada das relações com clientes, estimada em 14 anos.

(vi) Programas de computador (softwares)

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão do desempenho dos softwares para além das especificações originais são acrescentados ao custo original do software. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida útil esperada dos softwares, estimada em 5 anos.

3.9 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor entrará em processo de falência, ou em recuperação judicial.

3.10 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

3.11 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e impostos de renda e contribuição social diferidos, são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os estoques são avaliados mensalmente e provisão para perda com obsolescência é registrada, conforme descrito na nota explicativa nº 4.5.

No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Detalhes sobre as premissas adotadas estão descritas na nota explicativa nº 13.

Exceto pela provisão para perdas com estoques (nota explicativa nº 8), a Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

3.12 Contas a receber

Contas a receber de clientes são quantias devidas por clientes por mercadorias vendidas ou serviços prestados no curso normal dos negócios. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia é detentora de valores a receber, com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-os, subsequentemente, pelo custo amortizado.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros para mensurar as perdas de crédito esperadas. As provisões para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes são mensuradas a partir da aplicação da média histórica de perdas realizadas e previstas para o exercício sobre contas a receber em aberto no encerramento do exercício.

3.13 Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios a seus empregados, tais como vale-refeição, assistência médica, vale-transporte e remuneração variável. A Companhia não possui benefícios classificados como benefício definido nos exercícios demonstrados nesta demonstração financeira.

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em política aprovada pela Administração e divulgada aos funcionários. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (obrigação construtiva).

3.14 **Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. As provisões relevantes estão mencionadas na nota explicativa nº 4.

3.15 **Receita operacional**

As receitas da Companhia são geradas exclusivamente pela venda de produtos e serviços de segurança, comunicação e energia, como descrito na nota explicativa nº 1.

As receitas são reconhecidas pelo seu valor justo quando, quando atingidas as seguintes condições:

- i) O controle sobre os produtos é transferido para o comprador;
- ii) Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelos produtos vendidos;
- iii) Os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis;
- iv) Os serviços são prestados.

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados.

Há componente de financiamento significativo nos contratos considerando o período existente entre o recebimento do pagamento e a transferência do controle deste equipamento, bem como as taxas de juros de mercado. Desta forma, o preço de transação para estes contratos é descontado, utilizando a taxa de juros implícita no contrato (vide nota explicativa nº 7).

A Companhia mantém programas de desconto e incentivo a vendas, pelos quais oferece abatimentos por volume de vendas contratadas pelos clientes. Os descontos podem ser por categoria de cliente ou quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede a um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente ou com pagamentos financeiros. A Companhia aplica o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável em um contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas de contraprestação variável para se ajustar os valores de venda.

3.16 **Incentivos fiscais**

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislações aplicáveis a cada benefício.

Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência, sendo os ganhos referentes ao Crédito financeiro – Lei nº 13.969/19 contabilizados no grupo de Outras (despesas) receitas operacionais líquidas, conforme notas explicativas número 9 e 28, e os demais ganhos contabilizados no grupo das deduções de vendas. Os valores que foram financiados são registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos.

3.17 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado.

A Companhia também possui despesa com variação cambial, ao qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.18 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de tributos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste dos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.19 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber". Sua realização é registrada na rubrica "Receitas de vendas de mercadorias", pela fruição de prazo.

O ajuste a valor presente do passivo relativo às operações de compra de mercadorias para revenda é registrado na rubrica "Fornecedores" com contrapartida na conta de "Estoques". Sua reversão é registrada na rubrica "Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços" pela fruição de prazo.

3.20 Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 R1 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.21 Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelas Empresas e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira. Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA").

3.22 Distribuição de lucros

É assegurado aos acionistas, por meio do Capítulo VI do estatuto social da Companhia, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição se torna uma obrigação presente na data do balanço, referindo-se à parcela de dividendo mínimo obrigatório não antecipado e/ou dividendos complementares, cuja aprovação para distribuição tenha sido devidamente aprovada até a data base das demonstrações financeiras.

3.23 Novas normas contábeis

A Companhia aplicou as seguintes alterações às IFRS com adoção obrigatória para o exercício anual iniciado em 1º de janeiro de 2024, as quais não resultaram em qualquer impacto material nas divulgações das demonstrações financeiras:

- Alterações ao **IAS 7/CPC 03 (R2)** e **IFRS 7/CPC 40 (R1)** - Acordos de financiamento de fornecedores que acrescentam a necessidade de divulgar informações sobre acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade;
- Alterações à **IAS 1/CPC 26 (R1)** - Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante esclarecendo que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório. Além disso, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo e explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período;
- Alterações à **IAS 1/CPC 26 (R1)** - Apresentação das Demonstrações Financeiras — Passivo Não Circulante com Covenants indicando que apenas covenants que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório;
- Alteração à **IFRS 16/CPC 06 (R2)** - Arrendamentos — Passivo de Arrendamento em uma Transação de "Sale and Leaseback" que acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de "sale and leaseback" que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia optou por não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida. A seguir serão listadas as IFRSs novas e revisadas, emitidas e ainda não aplicáveis, e a expectativa da Administração em relação a aplicação:

- **IFRS 18** – Apresentação e Divulgações nas demonstrações Financeiras: a Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras;
- **IFRS 19** – Subsidiárias sem responsabilidade pública - Divulgações: a Companhia não é elegível para aplicação da nova norma, em razão dos instrumentos patrimoniais serem negociados publicamente;
- Alterações ao **CPC 02 (R2)/IAS 21** – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e **CPC 37 (R1)** – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (Falta de Conversibilidade): não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras;
- Alterações ao **CPC 18 (R3)** - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a **ICPC 09** - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. São realizadas revisões de estimativas e premissas continuamente, de modo que eventuais alterações são feitas de acordo com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são:

4.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para o próximo ano, sendo os quatro anos seguintes projetados com base na taxa de crescimento anual composta das unidades geradoras de caixas, não incluindo atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota explicativa nº 13.

4.2. Combinação de negócios

Existem incertezas relacionadas ao processo de combinação de negócios em decorrência da apuração de ágio e dos saldos de valores justos dos ativos e passivos líquidos adquiridos, bem em suas estimativas de vida útil. A Companhia conta com o trabalho de consultores especializados para elaboração de laudo técnico de alocação do preço de compra das aquisições (PPA – *Purchase Price Allocation*). Detalhamento sobre as políticas contábeis materiais relacionadas a combinações de negócios são divulgadas na nota explicativa nº 3.1.

4.3. Realização de tributos diferidos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

A Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro.

4.4. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.5. Provisão para obsolescência de estoques

A Companhia efetua a análise de realização dos estoques, com base na expectativa de utilização ou venda, no histórico de perdas, como também na avaliação entre o valor contábil e o valor líquido de realização.

4.6. Provisão para descontos e verbas comerciais

A Companhia realiza pagamentos a seus clientes com a finalidade de realizar o desenvolvimento de mercado, tais como propaganda e marketing, conforme critérios pré-estabelecidos. Os gastos relacionados a programas relacionados a propaganda e marketing são reconhecidos como despesa de vendas. Ao final de cada exercício uma provisão é estimada e registrada com base nas metas já atendidas, mas ainda não realizadas e uma provisão é constituída para tais valores como redutora de contas a receber, no ativo, tendo como contrapartida receita de vendas. As estimativas de provisão levam em conta estimativas de vendas, de atendimento aos critérios estabelecidos, bem como dados históricos.

A Companhia também mantém programas pelos quais oferece aos seus clientes descontos mediante o atingimento de determinadas metas comerciais pré-definidas. Os descontos são apresentados como deduções das vendas, quando associados ao preço da transação, como mencionado na nota explicativa nº 3.15. A Companhia adota estimativas com base em critérios dos contratos e dados históricos para estimar o valor de ajuste das suas receitas, sendo os valores apresentados segregados na nota explicativa nº 26 – Receita operacional líquida.

4.7. Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de clientes, conforme o canal de vendas, por estes apresentarem padrões de perda semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto), o que pode levar a um aumento na inadimplência no setor manufatureiro, as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber da Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº 7.

4.8. Provisão para garantias

A provisão para garantias é reconhecida no resultado no momento em que os produtos a que se referem são vendidos. A Companhia utiliza como base para mensuração da provisão os dados históricos de utilização das garantias. Além disso, realiza a ponderação de todas as probabilidades de desembolsos durante o período coberto pela garantia. Os detalhes sobre esta provisão estão sendo apresentados na nota explicativa nº 18.

4.9. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contabilizados a valor justo por meio do resultado, quais sejam os contratos de NDF (Non Deliverable Forward), para proteção de variação cambial sobre títulos com fornecedores estrangeiros; contrato de Swap para proteção contra variação cambial e de taxa de juros de financiamentos e empréstimos bancários; além do registro de obrigação por compra de participação na controlada Khomp Indústria de Comércio Ltda. referente a uma opção de venda detida pelos detentores da participação residual de 25% sobre essa empresa. As incertezas relacionadas a estes saldos são referentes à apuração dos seus respectivos valores justos.

4.10. Revisão da vida útil do imobilizado e intangível

A Companhia efetua julgamento para determinação da vida útil de seus ativos imobilizados e intangível. Essa estimativa é determinada com base no período em que se espera que estes ativos irão gerar benefício econômico para a Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	24.558	18.850	18.392	13.792
Caixa e bancos - moeda estrangeira	37.849	75.171	28.431	69.281
Aplicações financeiras (i)	732.913	1.209.148	558.641	1.171.894
Aplicações financeiras - moeda estrangeira (ii)	92.649	-	92.650	-
	887.969	1.303.169	698.114	1.254.967

- (i). As aplicações financeiras são constituídas por investimentos de curto prazo, classificados como equivalentes de caixa, e referem-se a papéis lastreados em Certificado de Depósito Interbancário (CDI), contratadas com Instituições consideradas pela Administração como de 1ª linha, cujos rendimentos estão atrelados à taxa DI com possibilidades de resgates parciais ou totais sem restrições. Os valores estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos respectivos rendimentos até a data de encerramento do balanço, que foram em média de aproximadamente 102% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (103% em 31 de dezembro de 2023).
- (ii). As aplicações em moeda estrangeira são compostas por *overnight* e *time deposit*. A remuneração variou entre 4,85% a.a. a 5,27% a.a.

6. Títulos e valores mobiliários

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras (i)	10.973	11.142	10.833	9.771
Aplicações financeiras – Escrow account (ii)	-	1.545	-	1.545
	10.973	12.687	10.833	11.316
Circulante	140	2.916	-	1.545
Não circulante	10.833	9.771	10.833	9.771

- (i) Refere-se a conta de aplicações financeiras com a finalidade de garantir as obrigações de indenizações dos vendedores da Khomp Indústria e Comércio Ltda. (empresa adquirida), sendo que a gestão destes depósitos é compartilhada e necessita de autorização de ambas as partes para movimentação. O contrato prevê o pagamento aos vendedores em duas parcelas, sendo que a primeira foi paga em março de 2022 e a segunda parcela será paga em abril de 2026.
- (ii) Refere-se a conta garantia ("*escrow account*") com a finalidade de garantir as obrigações de indenizações dos vendedores da Seventh Ltda. (empresa adquirida). A liberação destes valores aos vendedores foi concluída em setembro de 2024.

7. Contas a receber de clientes

Composição das contas a receber de clientes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
No país - terceiros	1.267.023	1.006.332	1.222.376	962.807
No país - partes relacionadas	-	-	48.486	120
No exterior - terceiros	53.894	29.253	30.874	11.215
No exterior - partes relacionadas	-	-	13.977	3.205
	1.320.917	1.035.585	1.315.713	977.347
Provisão para perdas esperadas para risco de crédito	(45.092)	(39.289)	(40.639)	(35.356)
Ajuste a valor presente – AVP	(26.908)	(21.629)	(26.311)	(20.703)
	1.248.917	974.667	1.248.763	921.288
Circulante	1.213.341	950.998	1.214.722	897.619
Não circulante	35.576	23.669	34.041	23.669

As vendas a prazo foram trazidas ao valor presente na data das transações com base na taxa estimada pelo prazo de recebimento. O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de “Receita operacional líquida” e sua recomposição é registrada como receita financeira no resultado financeiro. A taxa de desconto utilizada envolve a análise da estrutura de capital e as incertezas do contexto macroeconômico e foi, na média, de 11,42% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (12,22% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

Contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer até 365 dias	1.165.868	903.122	1.190.045	870.275
A vencer mais 365 dias	39.671	35.206	38.136	33.609
Vencidos até 30 dias	47.061	40.007	32.405	27.456
Vencidos entre 31 e 90 dias	9.583	9.817	4.689	6.012
Vencidos entre 91 e 180 dias	6.999	6.469	5.692	4.921
Vencidos entre 181 e 365 dias	11.012	10.937	9.941	9.175
Vencidos há mais de 365 dias	40.723	30.027	34.805	25.899
Saldo final	1.320.917	1.035.585	1.315.713	977.347

Movimentação da provisão para perdas esperadas para risco de crédito:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(39.289)	(33.273)	(35.356)	(29.796)
Adições, líquidas de reversões	(7.093)	(7.781)	(6.206)	(6.086)
Baixas	1.290	1.765	923	526
Saldo final	(45.092)	(39.289)	(40.639)	(35.356)

A Companhia utiliza uma abordagem simplificada, como permitido pelo CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, para constituir de forma prospectiva um complemento de provisão de perdas esperadas. Esta estimativa é calculada tendo como base as perdas históricas sobre vendas, sendo aplicada sobre todas as contas a receber, incluindo-se os saldos a vencer. A finalidade dessa análise é a de assegurar uma avaliação mais criteriosa na determinação da provisão para perda esperada para risco de crédito sobre as contas a receber da Companhia e de suas controladas.

8. Estoques

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Produtos acabados	742.555	385.885	681.021	335.984
Produtos em elaboração	86.517	83.246	78.640	76.547
Matérias-primas e materiais auxiliares	742.461	335.894	634.438	287.200
Importações em andamento	245.269	433.863	229.910	409.278
Adiantamentos a fornecedores	35.855	29.064	28.292	21.919
	1.852.657	1.267.952	1.652.301	1.130.928
Provisão para perdas de estoque	(47.484)	(63.638)	(43.913)	(54.421)
Ajuste a valor presente – AVP	(32.451)	(36.762)	(32.407)	(36.751)
	1.772.722	1.167.552	1.575.981	1.039.756

Movimentação da provisão para perdas de estoque:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(63.638)	(51.461)	(54.421)	(10.223)
Adições, líquidas de reversões	(32.413)	(82.496)	(32.439)	(53.916)
Baixas	48.567	70.319	42.947	9.718
Saldo final	(47.484)	(63.638)	(43.913)	(54.421)

9. Tributos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS (a)	59.728	57.219	-	1.608
Crédito financeiro - Lei Nº 13.969/19 (b)	37.124	26.394	36.786	25.941
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	2.905	3.070	1.911	2.584
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	20.164	11.034	9.561	9.073
Programa de integração social – PIS	4.447	2.229	2.074	1.965
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ (c)	42.956	45.849	37.564	43.751
Impostos sobre produtos industrializados – IPI	5.672	5.759	1.604	3.732
Outros	22.810	3.694	16.720	237
	195.806	155.248	106.220	88.891
Circulante	133.012	154.276	97.221	84.174
Não circulante	62.794	972	8.999	4.717

- (a) O Convênio 101/1997 isenta do ICMS as operações de vendas de geradores solares, além de conceder a manutenção dos créditos nas aquisições dos insumos para a fabricação desses produtos, gerando saldo credor acumulado do ICMS nas operações com produtos solares. A Companhia solicitou a habilitação dos referidos saldos credores relacionados aos períodos de 2018 a 2022 junto aos estados de Santa Catarina e São Paulo e aguarda liberação dos valores. Os saldos relacionados a 2023 estão em processo de solicitação junto aos estados.
- (b) A Lei nº 13.969/2019 revogou os benefícios de redução da alíquota do IPI para os bens de informática produzidos com Processo Produtivo Básico (PPB) e habilitados em portarias interministeriais e constituiu o crédito financeiro para compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação. Este novo incentivo ficará em vigor até 31 de dezembro de 2029. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui créditos no montante de R\$37.124, saldo consolidado, que vem sendo compensado com tributos federais periodicamente. Este saldo está sendo registrado em contrapartida a rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no resultado e a Companhia espera compensar o total dos créditos dentro de 12 meses.
- (c) O IRPJ é composto por saldo negativo e estimativa mensal a compensar no valor de R\$16.395 e retenções de imposto de renda sobre aplicações financeiras de R\$26.561.

10. Arrendamentos

Ativo de direito de uso de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos de ativo de direito de uso de arrendamento correspondem a empilhadeiras, salas administrativas e galpões logísticos.

Movimentação de ativos de direito de uso:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial líquido	12.661	29.657	7.963	7.992
Adições/remensurações	11.797	6.363	9.469	5.221
Depreciação	(7.463)	(7.864)	(5.661)	(5.250)
Baixas	-	(15.272)	-	-
Variação cambial	298	(223)	-	-
Saldo final líquido	17.293	12.661	11.771	7.963

Composição do saldo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo total	31.983	25.643	21.854	18.514
Depreciação acumulada	(14.690)	(12.982)	(10.083)	(10.551)
Saldo final líquido	17.293	12.661	11.771	7.963

Passivo de arrendamento

Movimentação de passivo de arrendamento:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial líquido	13.312	32.259	8.303	8.428
Adições/remensurações	11.797	6.363	9.469	5.221
Juros provisionados e variação cambial	1.543	1.625	774	301
Baixas	-	(17.618)	-	-
Pagamento de principal	(6.895)	(7.586)	(5.511)	(5.346)
Pagamento de juros	(1.543)	(1.731)	(774)	(301)
Saldo final líquido	18.214	13.312	12.261	8.303
Circulante	6.981	5.169	5.101	4.552
Não circulante	11.233	8.143	7.160	3.751

Segue abaixo informações adicionais relacionadas ao cronograma de vencimentos do passivo de arrendamento e as taxas de descontos relacionadas:

	Em 31 de dezembro de 2024			
	Consolidado		Controladora	
	Valores mínimos a pagar	Taxa média ponderada de desconto	Valores mínimos a pagar	Taxa média ponderada de desconto
Em 1 ano	8.136	9,39%	6.028	9,76%
De 2 a 5 anos	9.418	8,79%	7.619	9,66%
De 6 a 10 anos	1.530	3,93%	-	-
Acima de 10 anos	1.887	3,93%	-	-
Total	20.971	8,28%	13.647	9,70%
(-) Juros a transcorrer	(2.757)		(1.386)	
Saldo passivo de arrendamento	18.214		12.261	

PIS e COFINS

A Companhia e suas controladas possuem o direito potencial de recuperar os tributos PIS e COFINS relacionados aos fluxos contratuais brutos do passivo de arrendamento que, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$1.262 na Controladora e R\$1.940 no Consolidado (Em 31 de dezembro de 2023, R\$841 na Controladora e R\$2.283 no Consolidado).

11. Investimentos

11.1 Movimentações dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2024 os investimentos da Companhia são compostos por participações em empresas controladas, bem como outros investimentos, conforme quadro a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Investimentos em controladas	-	-	343.729	115.863
Mais valia na aquisição de empresas (*)	-	-	92.472	100.795
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*)	-	-	245.068	246.795
Lucros não realizados	-	-	(6.684)	-
Outros investimentos (**)	5.849	3.739	5.694	3.613
	5.849	3.739	680.279	467.066

(*) Referem-se a ágios e mais valias registradas pelas aquisições da Decio, Seventh, Khomp, Renovigi e Allume.

(**) Referem-se ao valor de cota no Fundo de Investimento em Participação Sul Inovação, no qual detém 4,80% e Investimento na empresa Gruvi Tecnologias S.A., dedicada às atividades de desenvolvimento e licenciamento de software, adquirida em dezembro/2022 a participação de 4,99% no capital social.

A abertura dos investimentos em controladas é demonstrada abaixo:

Investida	Controle	Participação		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ascent	Controlada	100%	100%	2.218	1.165
Seventh	Controlada	100%	100%	12.585	12.334
Décio	Controlada	100%	100%	35.924	10.636
Khomp	Controlada	75%	75%	48.144	45.069
Renovigi	Controlada	100%	100%	241.215	41.798
Allume	Controlada	55%	55%	3.701	4.861
Aunady	Controlada	100%	-	(58)	-
				343.729	115.863

A movimentação dos investimentos é demonstrada abaixo:

Investida	31/12/2023	Adição (Baixa)	Equivalência Patrimonial	Variação Cambial	Dividendos	31/12/2024
Ascent	1.165	-	800	253	-	2.218
Seventh	12.334	-	8.851	-	(8.600)	12.585
Décio	10.636	20.195	5.093	-	-	35.924
Khomp	45.069	-	4.721	-	(1.646)	48.144
Renovigi (i)	41.798	200.000	(583)	-	-	241.215
Allume	4.861	-	(1.698)	538	-	3.701
Aunady	-	-	(69)	11	-	(58)
Mais valias	100.795	2.708	(11.450)	419	-	92.472
Ágios	246.795	(2.708)	-	981	-	245.068
Lucros não realizados	-	-	(6.684)	-	-	(6.684)
Outros	3.613	2.081	-	-	-	5.694
	467.066	222.276	(1.019)	2.202	(10.246)	680.279

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia deliberou o aumento de capital na Investida Renovigi no montante de R\$200.000, mediante a subscrição de um total de 137.297.652 novas quotas, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional pela Companhia por meio de empréstimos concedidos em exercícios anteriores no valor de R\$56.010 e transferências de recursos em 2024 de R\$143.990.

11.2 Combinação de negócios

Aquisição realizada em 2023 - Allume Holding S.A.S

No dia 06 de outubro de 2023, a Companhia realizou a aquisição de 55% da participação societária no capital social da empresa Allume Holding S.A.S. (“Allume” ou “Adquirida”).

Fundada em 1997 em Cali - Colômbia, a Allume atua nos segmentos de segurança eletrônica, redes, comunicação, automação predial e gestão de energia, oferecendo produtos de marca própria e de terceiros. A adquirida possui quatro controladas diretas e é uma das líderes do mercado colombiano, reconhecida por sua abrangência e excelência no atendimento a distribuidores e revendedores locais.

O valor total da operação foi de US\$3.058, convertido pela cotação do câmbio na data da aquisição de R\$5,1918, obtendo, assim, o montante da contraprestação de R\$15.877, sendo o preço estruturado em dólar da seguinte forma:

- (i) US\$1.787 pagos em 2023;
- (ii) US\$690 liquidados em 2024;
- (iii) Earn-out no valor de US\$107 liquidado em 07 de março de 2024, conforme metas estabelecidas no contrato firmado entre as partes; e
- (iv) Contraprestação contingente no valor de US\$474 por possíveis futuras inconsistências, retida por um período de três anos, sendo paga na proporção de 1/3 avos anualmente durante este período.

Além disso, a Companhia recebeu duas opções de Compra relacionadas às ações remanescentes do capital social da adquirida, que poderão ser exercidas pela Companhia ao longo de cinco anos a partir da data de fechamento da transação, podendo ser prorrogadas por mais cinco anos. As opções não geram uma obrigação presente da Companhia adquirir as ações remanescentes e não há certeza sobre o momento em que as opções serão exercidas, diante disto, não foi atribuído valor as opções de compras recebidas.

A tabela a seguir apresenta os ativos identificáveis líquidos adquiridos e os passivos assumidos para combinação de negócios em 2023:

	Allume Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	7.146
Contas a receber de clientes	12.424
Estoques	34.354
Tributos a recuperar	2.670
Imobilizado	994
Outros ativos	1.147
ATIVO	58.735
Fornecedores	15.516
Empréstimos e financiamentos	29.167
Impostos correntes e diferidos	3.123
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	511
Outros passivos	1.619
PASSIVO	49.936
Ativos e passivos líquidos	8.799
Mais / (menos) valia (i)	4.924
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	8.329
Participação dos não controladores, baseado na participação	(6.175)
Contraprestação transferida	15.877

(i) A Companhia contratou uma consultoria especializada para realizar a avaliação e alocação do preço de aquisição, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, correlacionado a norma internacional de contabilidade IFRS 3 – Business combination. A tabela a seguir demonstra os ativos e passivos identificados a valor justo:

Mais / (menos) valia	Valor
Estoque	359
Cláusula de não competição	246
Carteira de clientes	4.319
Provisões adicionais	(680)
Ativo indenizatório	680
	4.924

12. Imobilizado

	Consolidado							Total
	Terrenos	Edificações	Instalações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instrumentos	Móveis e utensílios	Computadores	Outros (i)	
Taxa média anual de depreciação		1%	4% a 10%	9% a 20%	7%	20% a 33%	20% a 33%	
Movimentação do custo								
Saldos em 31 de dezembro de 2022	88.909	104.865	59.446	140.216	15.534	38.716	59.272	645.188
Adições	-	5	3.666	6.575	1.906	5.984	19.472	173.182
Imobilizado proveniente de combinação de negócios	-	-	-	497	706	869	72	2.144
Transferências	-	92.817	7.269	33.941	2.528	6.059	7.173	4.304
Baixas	-	(8.570)	(2.330)	(4.999)	(311)	(1.800)	(3.979)	(22.900)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	88.909	189.117	68.051	176.230	20.363	49.828	82.010	801.918
Adições	-	699	3.116	36.936	6.501	5.711	38.028	139.994
Variação cambial	-	-	-	(1)	4	30	6	39
Transferências	-	110.742	9.743	13.889	1.418	3.184	2.023	-
Baixas	(252)	(479)	(878)	(6.971)	(746)	(1.270)	(8.599)	(22.548)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	88.657	300.079	80.032	220.083	27.540	57.483	113.468	919.403
Movimentação da depreciação								
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(19.075)	(15.917)	(65.250)	(6.364)	(17.184)	(28.796)	(152.586)
Depreciação	-	(2.555)	(4.526)	(14.344)	(1.702)	(7.848)	(13.188)	(44.163)
Imobilizado proveniente de combinação de negócios	-	-	-	(9)	(506)	(628)	(7)	(1.150)
Transferências	-	(153)	(14)	624	(271)	(1.090)	(3.400)	(4.304)
Baixas	-	-	712	1.085	186	1.415	2.222	5.620
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(21.783)	(19.745)	(77.894)	(8.657)	(25.335)	(43.169)	(196.583)
Depreciação	-	(2.896)	(3.423)	(13.503)	(1.579)	(8.352)	(18.716)	(48.469)
Variação cambial	-	-	-	-	8	1	(1)	8
Transferências	-	-	-	(8)	-	8	-	-
Baixas	-	1	830	4.283	563	978	5.220	11.875
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	(24.678)	(22.338)	(87.122)	(9.665)	(32.700)	(56.666)	(233.169)
Saldo líquido de depreciação								
Saldos em 31 de dezembro de 2022	88.909	85.790	43.529	74.966	9.170	21.532	30.476	492.602
Saldos em 31 de dezembro de 2023	88.909	167.334	48.306	98.336	11.706	24.493	38.841	605.335
Saldos em 31 de dezembro de 2024	88.657	275.401	57.694	132.961	17.875	24.783	56.802	686.234

(i) O Grupo de "Outros" é composto por veículos, moldes, bens em locação, entre outros.

Intelbras S.A. - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira

Notas explicativas às informações anuais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Controladora								
Terrenos	Edificações	Instalações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instrumentos	Móveis e utensílios	Computadores	Outros (i)	Projetos em andamento	Total
Taxa média anual de depreciação								
	1%	4% a 10%	9% a 20%	7%	20% a 33%	20% a 33%		
Movimentação do custo								
Saldos em 31 de dezembro de 2022	84.378	97.745	56.970	128.722	13.470	31.536	50.592	598.612
Adições	-	5	3.024	4.931	1.737	2.906	19.103	164.964
Transferências	-	92.664	7.241	34.625	2.265	4.909	3.780	(145.484)
Baixas	-	(8.571)	(282)	(4.905)	(157)	(1.527)	(2.704)	(19.058)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	84.378	181.843	66.953	163.373	17.315	37.824	70.771	744.518
Adições	-	699	2.917	34.169	6.158	5.109	37.052	131.474
Transferências	-	110.742	9.698	8.665	1.418	3.183	2.023	(135.729)
Baixas	-	(479)	(863)	(6.084)	(673)	(898)	(7.916)	(20.195)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	84.378	292.805	78.705	200.123	24.218	45.218	101.930	855.797
Movimentação da depreciação								
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(18.476)	(15.718)	(60.932)	(5.850)	(15.131)	(24.810)	(140.917)
Depreciação	-	(2.298)	(4.054)	(13.223)	(1.418)	(5.791)	(11.269)	(38.053)
Transferências	-	-	8	-	(8)	-	-	-
Baixas	-	-	278	1.071	116	1.110	1.408	3.983
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(20.774)	(19.486)	(73.084)	(7.160)	(19.812)	(34.671)	(174.987)
Depreciação	-	(2.639)	(3.279)	(11.894)	(1.078)	(6.606)	(17.570)	(43.066)
Transferências	-	-	-	(8)	-	8	-	-
Baixas	-	1	829	4.212	502	784	4.835	11.163
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	(23.412)	(21.936)	(80.774)	(7.736)	(25.626)	(47.406)	(206.890)
Saldo líquido de depreciação								
Saldos em 31 de dezembro de 2022	84.378	79.269	41.252	67.790	7.620	16.405	25.782	457.695
Saldos em 31 de dezembro de 2023	84.378	161.069	47.467	90.289	10.155	18.012	36.100	569.531
Saldos em 31 de dezembro de 2024	84.378	269.393	56.769	119.349	16.482	19.592	54.524	648.907

(i) O Grupo de "Outros" é composto por veículos, moldes, bens em locação, entre outros.

Em relação à capitalização de juros, atribuída ao custo de empréstimos decorrente da aquisição, construção ou produção de ativos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram capitalizados juros no montante de R\$293 (R\$1.337 em 31 de dezembro de 2023). Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de financiamentos e pagamentos de tributos (nota explicativa nº 15).

As obras em andamento referem-se a melhorias nas áreas industriais e de tecnologia da informação da Companhia.

A Administração efetuou análise de recuperabilidade dos seus ativos imobilizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e não identificou a existência de indicativos em relação à necessidade de constituição de provisões para perda sobre o valor recuperável de tais ativos.

13. Intangível

	Consolidado					
	Ágios em Investidas	Acordo de não competição	Marcas e patentes	Projetos em Andamento	Relacionamento com clientes	Softwares
						Total
Taxa média anual de amortização		20%	7% a 13%		7%	20%
Movimentação do custo						
Saldos em 31 de dezembro de 2022	268.634	28.095	67.944	56.316	99.807	64.777
Adições	-	-	-	27.897	-	14.846
Aquisição de Controlada - mais valia	11.038	-	-	-	-	-
Variação cambial	489	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	(4)	(1.974)	-	(770)
Transferências	-	-	-	(26.130)	-	26.130
Saldos em 31 de dezembro de 2023	280.161	28.095	67.940	56.109	99.807	105.650
Adições	-	-	-	50.921	-	33.589
Aquisição de Controlada - mais valia	(2.708)	246	-	-	4.319	-
Variação cambial	981	-	-	-	763	86
Baixas	-	-	(4)	(960)	-	(385)
Transferências	-	-	-	(38.831)	-	38.831
Saldos em 31 de dezembro de 2024	278.434	28.341	67.936	67.239	104.889	177.771
Movimentação da amortização						
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(3.744)	(1.991)	-	(22.714)	(42.173)
Amortização no exercício	-	(5.585)	(2.987)	-	(6.093)	(12.548)
Amortização proveniente da combinação de negócios	-	-	-	-	-	(386)
Baixas	-	-	-	-	-	15
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(9.329)	(4.978)	-	(28.807)	(55.092)
Amortização no exercício	-	(5.647)	(2.987)	-	(6.492)	(26.776)
Variação cambial	-	-	-	-	-	7
Baixas	-	-	-	-	-	300
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	(14.976)	(7.965)	-	(35.299)	(81.561)
Saldo líquido de amortização						
Saldos em 31 de dezembro de 2022	268.634	24.351	65.953	56.316	77.093	22.604
Saldos em 31 de dezembro de 2023	280.161	18.766	62.962	56.109	71.000	50.558
Saldos em 31 de dezembro de 2024	278.434	13.365	59.971	67.239	69.590	96.210

	Controladora			
	Ágios em Investidas	Projetos em Andamento	Softwares	Total
<u>Taxa média anual de amortização</u>			20%	
<u>Movimentação do custo</u>				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	33.366	55.431	53.650	142.447
Adições	-	26.408	14.404	40.812
Baixas	-	(1.183)	(770)	(1.953)
Transferências	-	(26.130)	26.130	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	33.366	54.526	93.414	181.306
Adições	-	49.513	27.263	76.776
Baixas	-	(961)	(174)	(1.135)
Transferências	-	(37.854)	37.854	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	33.366	65.224	158.357	256.947
<u>Movimentação da amortização</u>				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	(36.702)	(36.702)
Amortização no exercício	-	-	(10.346)	(10.346)
Baixas	-	-	15	15
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	(47.033)	(47.033)
Amortização no exercício	-	-	(24.476)	(24.476)
Baixas	-	-	147	147
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	(71.362)	(71.362)
<u>Saldo líquido de amortização</u>				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	33.366	55.431	16.948	105.745
Saldos em 31 de dezembro de 2023	33.366	54.526	46.381	134.273
Saldos em 31 de dezembro de 2024	33.366	65.224	86.995	185.585

Ativos com vida útil definida

Avaliamos anualmente se há evidências que indiquem que o valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida possa ter sofrido redução em relação aos valores registrados contabilmente. Quando tais evidências são identificadas, testes detalhados de recuperabilidade (*impairment*) para essa categoria de ativos são procedidos. Nas datas dos balanços, as análises conduzidas pela Administração não revelaram indicadores ou fatores que os valores registrados contabilmente não sejam recuperáveis.

Ativos com vida útil indefinida

Os ativos com vida útil indefinida da Companhia são formados pelos ágios pagos em combinações de negócios. Esses ativos são submetidos a testes de recuperabilidade (*impairment*) anualmente, independentemente de haver ou não indicadores de riscos presentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não foram identificados ativos que se encontrem registrados por valor superior a seu valor recuperável.

Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados. Os ágios mantidos pela Companhia estão abaixo resumidos:

Negócio adquirido	Tipo de aquisição	Segmento	31/12/2024	31/12/2023
Maxcom do Brasil Ltda.	Incorporada	Segurança	1.348	1.348
Engesul Produtos Eletrônicos	Incorporada	Segurança	11.610	11.610
Automatiza Ind. Com. de Equip. Eletrônico Ltda.	Incorporada	Segurança	20.408	20.408
Seventh Ltda. e Prediotech (Incorporada por Seventh)	Controlada	Segurança	22.986	22.986
Décio Indústria Metalúrgica Ltda.	Controlada	Comunicação	1.788	1.788
Khomp Indústria e Comércio Ltda.	Controlada	Comunicação	30.724	30.724
Renovigi Energia Solar Ltda.	Controlada	Energia	179.770	179.770
Allume Holding S.A.S.	Controlada	Segurança	9.800	11.527
			278.434	280.161

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia testou a recuperabilidade do ágio de cada um de seus grupos de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos, devendo o ágio ser alocado as UGCs, ou grupos de UGCs, para os quais se tenha a expectativa de que sejam gerados benefícios econômicos advindos de sinergias da combinação de negócios. Com base no exposto e na avaliação da Companhia, os segmentos operacionais representam o menor grupo identificável ao qual o ágio deve ser alocado.

Os testes foram realizados com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, visando apurar o valor em uso para cada uma das UGCs aos quais os ágios estão alocados. Com base nos testes conduzidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração concluiu que o valor desses ativos será recuperado por montante superior ao valor contábil registrado na data do balanço, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para perda por realização para os ágios registrados.

As projeções de caixa foram realizadas para um horizonte de 5 anos e posteriormente perpetuadas. O primeiro ano do fluxo projetado está de acordo com o orçamento detalhado da Administração para cada UGC. Para os próximos quatro anos foram adotadas premissas de crescimento baseadas nas diretrizes de negócios da Administração e a perpetuidade foi elaborada utilizando uma taxa de crescimento de 3,56% (3,50% em 2023).

As projeções são descontadas pelo custo médio ponderado da unidade de capital ("WACC"). A taxa de desconto depois dos impostos aplicada nas projeções de fluxo de caixa é de 12,49% a.a. em 2024 (12,08% em 2023).

Adicionalmente à análise de recuperação mencionada acima, a Companhia elaborou uma análise de sensibilidade considerando as variações no lucro antes dos impostos e resultado financeiro e na taxa de desconto nominal em 1 ponto percentual, que não resultaram na necessidade de constituição de provisão para perda nos valores recuperáveis.

Gastos com pesquisa

Os custos de pesquisa e desenvolvimento incorridos pela Companhia são direcionados a diversos produtos eletrônicos. Os custos de pesquisa e desenvolvimento que não são elegíveis para capitalização, no valor de R\$159.452 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$142.527 em 31 de dezembro de 2023) foram reconhecidos como despesa no grupo de “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

14. Fornecedores

As aquisições de insumos para produção da Companhia são feitas em maior número por meio de importação de fornecedores internacionais, representando cerca de 88% do saldo em aberto na data de 31 de dezembro de 2024.

a) Composição de fornecedores

No quadro a seguir é apresentada a abertura dos saldos a pagar a fornecedores:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores				
Mercado interno	116.553	109.330	116.431	114.742
Mercado externo	777.674	602.329	639.912	570.122
	894.227	711.659	756.343	684.864
Ajuste a valor presente – AVP (i)	(15.027)	(13.598)	(14.455)	(13.555)
	879.200	698.061	741.888	671.309

- (i) O ajuste a valor presente é realizado com base na taxa média praticada por instituições financeiras que oferecem serviços de forfait para os fornecedores da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, a taxa de desconto utilizada é de 6,41% a.a. (6,90% a.a. em 31 de dezembro de 2023) para fornecedores do mercado externo e 11,42% a.a. para fornecedores do mercado interno (12,22% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

b) Fornecedores risco sacado

A Companhia mantém acordos de convênios firmados (“risco sacado” ou “forfaiting”) com determinadas instituições financeiras que permitem o financiamento da sua cadeia de suprimentos. Pelos termos estabelecidos com as instituições, seus fornecedores podem optar por receber o pagamento de suas faturas de forma antecipada através do agente financeiro. Nos termos do acordo, a instituição financeira concorda em pagar os valores devidos ao fornecedor participante antecipadamente e recebe a liquidação da duplicata por parte da Companhia em uma data posterior. O principal objetivo desse programa é o de facilitar o processamento de pagamentos e permitir que os fornecedores dispostos antecipem seus recebíveis devidos pela Companhia a um banco antes da data de vencimento. Os convênios possuem limites e prazos próprios como condições.

Durante a execução dessa operação, não há qualquer alteração nas condições originalmente acertadas entre a Companhia e seus fornecedores (prazo ou valor dos saldos a pagar) que optaram pela antecipação dos títulos junto às instituições bancárias. Além disso, não há incidência de juros adicionais para a Companhia sobre os valores devidos aos fornecedores ou quaisquer *covenants* sobre a operação. Desta forma, na avaliação da Administração da Companhia, os acordos não estendem significativamente as condições de pagamento além dos termos normais acordados com outros fornecedores que não antecipam seus títulos.

A seguir é apresentada a composição dos saldos de fornecedores risco sacado a pagar:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores risco sacado				
Mercado interno	16.715	5.726	15.989	5.726
Mercado externo	329.321	176.394	316.546	176.379
	346.036	182.120	332.535	182.105
Ajuste a valor presente – AVP (i)	(5.630)	(3.057)	(5.510)	(3.042)
	340.406	179.063	327.025	179.063

- (i) O ajuste a valor presente é realizado com base na taxa média praticada por instituições financeiras que oferecem serviços de forfait para os fornecedores da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, a taxa de desconto utilizada é de 6,41% a.a. (6,90% a.a. em 31 de dezembro de 2023) para fornecedores do mercado externo e 11,42% a.a. para fornecedores do mercado interno (12,22% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia não modificou os passivos aos quais o acordo se aplica, pois não houve uma baixa legal nem o passivo original foi substancialmente modificado no momento em que o fornecedor entrar no acordo. Os montantes antecipados por parte dos fornecedores continuam sendo registrados pela Companhia sob a rubrica “Fornecedores”, porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos de outras contas a pagar.

Os pagamentos efetuados ao banco quando do vencimento original dos títulos são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece sendo pagamentos por compra de insumo.

c) Fornecedores partes relacionadas

Para compor o saldo consolidado foram excluídos os valores referentes as transações *intercompany*. Os saldos com partes relacionadas e com terceiros estão abaixo demonstrados:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Partes relacionadas				
Fornecedores nacionais	-	-	10.283	13.497
Fornecedores de importados	505.846	220.453	478.466	220.453
Total de fornecedores partes relacionadas (nota 32)	505.846	220.453	488.749	233.950
Não relacionados	713.760	656.671	580.164	616.422
Total de fornecedores	1.219.606	877.124	1.068.913	850.372

15. Financiamentos e empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa nº 25.

				Consolidado		Controladora	
Financiamentos / Credores	Indexador	Juros	Venc.	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Em moeda nacional							
BNDES	IPCA/SELIC/TR	1,55% a 3,54% a.a.	mar/34	250.542	225.965	250.542	225.965
FINEP	TR	3% a.a.	jun/29	147.759	146.989	147.759	146.989
Debêntures	CDI	1,5% a.a.	out/29	509.902	509.763	509.902	509.762
Capital de Giro	CDI	4,78% a.a.	jun/25	523	5.744	-	-
Em moeda estrangeira							
Capital de Giro	IBR	1,77% a 3,00% a.a.	out/27	14.790	25.554	-	-
				923.516	914.015	908.203	882.716
Circulante				211.119	120.483	202.663	95.581
Não circulante				712.397	793.532	705.540	787.135

Garantias

Em garantia dos financiamentos, foram oferecidos os seguintes ativos e instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2024 (consolidado):

Imobilizado	80.128
Carta fiança	156.403
	236.531

O custo total de contratação das cartas fiança vigentes em 31 de dezembro de 2024 foi de 0,33% a.a (0,50% a.a em 31 de dezembro de 2023), sendo registrado em "Outros créditos" e apropriados ao resultado pela competência de acordo com sua vigência como "Despesas financeiras". A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o total de R\$750 (R\$1.404 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023), referente à despesa financeira para contratação dessa modalidade de garantia.

A movimentação dos financiamentos e empréstimos é assim demonstrada:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	914.015	1.065.215	882.716	925.821
Saldo proveniente da aquisição de controlada	-	29.167	-	-
Captações, líquidas dos custos de transações	131.609	29.350	94.792	27.000
Juros e variação monetária/cambial	87.837	100.119	82.344	96.221
Amortização do principal	(131.320)	(219.398)	(75.754)	(79.984)
Pagamento de juros	(78.625)	(90.438)	(75.895)	(86.342)
Saldo final	923.516	914.015	908.203	882.716

Os termos e condições dos empréstimos em aberto estão apresentados a seguir:

a) **BNDES - Programa de Sustentação de Investimento**

São recursos disponibilizados pelo BNDES direcionados para investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos. Após a comprovação da aplicação de recursos em investimentos, o BNDES concede à Companhia empréstimo equivalente a até 80% dos recursos investidos. Os pagamentos são mensais e, durante o período de carência, a liquidação dos juros ocorre trimestralmente. O pagamento do principal ocorre conforme detalhado abaixo:

PSI – Inovação 2023: O principal da dívida será pago em 96 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de abril de 2026, e a última em 15 de março de 2034.

PSI – Inovação 2021: O principal da dívida será pago em 96 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de janeiro de 2024, e a última em 15 de dezembro de 2031.

PSI - Inovação 2018: O principal da dívida será pago em 87 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de abril de 2020, e a última em 15 de agosto de 2027.

b) **Finep – Financiadora de Estudos e Projetos**

A linha de Financiamento Reembolsável tem por definição o apoio aos Planos de Investimentos Estratégicos em Inovação das empresas brasileiras disponibilizado pela FINEP. O objetivo do financiamento é custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração e execução do projeto “Programa Intelbras de comunicação unificada e atualização tecnológica para internacionalização da empresa”. O contrato possui carência de 36 meses. O principal da dívida está sendo pago em 85 prestações mensais e sucessivas, sendo que o primeiro vencimento ocorreu em 15 de junho de 2022, e o último vencimento ocorrerá em 15 de junho de 2029.

c) **Debêntures**

No dia 21 de outubro de 2022 (Data de Emissão), com a liquidação realizada em 27 de outubro de 2022, a Companhia realizou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (regida atualmente pela Resolução da CVM nº 160, de 14 de julho de 2022), conforme alterada e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, da espécie quirografia, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição para captação de R\$ 500 milhões.

Foram emitidas 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais) cada na data de emissão. Os recursos serão destinados da seguinte forma: (a) 50% (cinquenta por cento) ao reembolso de despesas incorridas, no âmbito do "Plano de Investimentos no Período de 2020 a 2022" da Companhia e relacionadas a itens financiados para expansão da capacidade produtiva, melhorias organizacionais e aquisição de materiais; e (b) 50% (cinquenta por cento) ao reforço de caixa.

As debêntures possuem prazo de pagamento de 7 anos contados da Data de Emissão vencendo-se, portanto, em 21 de outubro de 2029 (Data de Vencimento). O primeiro pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário será realizado em 21 de abril de 2025, sendo, posteriormente, realizadas amortizações semestrais até a Data de Vencimento. Os juros remuneratórios das Debêntures são de 100% da CDI + 1,5% a.a., pagos sempre no dia 21 dos meses de abril e outubro de cada ano, iniciando os pagamentos em 21 de abril de 2023 até último pagamento na Data de Vencimento.

Os custos de transação relacionadas a emissão totalizaram R\$2.653 mil e serão apropriados no decorrer da vigência das debêntures.

d) Capital de giro

A controlada Renovigi possui empréstimos para capital de giro no montante de R\$523 e sem aplicações financeiras dadas em garantia.

Em 31 de dezembro de 2024, a adquirida Allume possui empréstimos para capital de giro no montante de R\$14.790 e sem aplicações financeiras dadas em garantia.

e) Covenants

Os contratos com o BNDES possuem cláusulas de compromisso relacionadas a indicadores de endividamento/ativo (<75%) e dívida líquida/EBITDA ($\leq 2,5$) ("covenants").

As Debêntures emitidas em 21 de outubro de 2022, com a liquidação realizada em 27 de outubro de 2022, requerem manutenção de índices financeiros "covenants", apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Companhia, conforme quocientes das divisões detalhadas a seguir:

- (a) razão entre a Dívida Líquida / EBITDA da Companhia deverá ser igual ou inferior a 2,50x; e
(b) razão entre a Dívida Líquida / Ativo Total da Companhia deverá ser igual ou inferior a 0,17x.

Em relação aos contratos de empréstimos e financiamentos da controlada Renovigi Energia Solar Ltda., além das hipóteses de descumprimento do contrato, existem as seguintes cláusulas de liquidação antecipada relacionadas à: Alteração do controle acionário, reorganização societária e do domicílio bancário. Se o controle acionário, direto ou indireto, do cliente ou de seu garantidor for alterado ou transferido, bem como se o cliente ou seu garantidor sofrer incorporação, fusão ou cisão. Essa cláusula foi revisada junto às instituições financeiras e consideram efeitos apenas após a aquisição da controlada pela Companhia. Os contratos ainda incluem outras cláusulas de liquidação antecipada, as quais são usuais para esse tipo de transação.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas cumpriram integralmente todas as cláusulas restritivas relacionadas aos empréstimos e financiamentos.

O cronograma de desembolso do principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, está programado da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	165.345	-	159.770
2026	178.227	160.592	173.641	159.770
2027	171.570	154.413	169.299	154.413
2028	158.709	143.700	158.709	143.700
2029 a 2031	203.891	169.482	203.891	169.482
	712.397	793.532	705.540	787.135

16. Salários, encargos e participações a pagar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários	18.214	15.444	16.254	13.666
Encargos sociais	15.125	13.813	13.368	12.055
Férias e encargos a pagar	50.755	46.916	44.922	40.989
Participação nos lucros	36.364	35.772	34.308	34.510
Outros	1.330	503	1.085	365
	121.788	112.448	109.937	101.585

17. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos, que se encontram em diversas instâncias, referentes a questões tributárias, cíveis e trabalhistas oriundas do curso normal de seu negócio. Com base na opinião de seus advogados, a Administração da Companhia mantém o registro da provisão para cobrir eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis nessas ações (avaliadas com risco de perda provável). Nas datas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a esses processos.

a. Composição da provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	3.078	4.460	2.912	3.860
Cíveis	5.883	5.436	1.719	1.116
Tributárias	11.735	11.665	10.539	11.206
	20.696	21.561	15.170	16.182
Circulante	1.767	1.329	1.677	1.071
Não circulante	18.929	20.232	13.493	15.111

Movimentação da provisão

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo ao início do exercício	21.561	20.585	16.182	15.951
Saldo proveniente de aquisição de controlada	680	-	-	-
Adições, líquidas de reversões	3.522	4.374	3.321	3.476
Baixas	(5.067)	(3.398)	(4.333)	(3.245)
Saldo ao final do exercício	20.696	21.561	15.170	16.182

Trabalhistas

Relativas a processos movidos por ex-funcionários da Companhia e de empresas prestadoras de serviços. A principal discussão está relacionada a reconhecimento de vínculo, o pagamento de férias, DSR sobre comissões e diferenças salariais.

Cíveis

Relativas a processos de discussões gerais de cobrança, indenizações e execução, bem como, processos judiciais discutindo questões de natureza comercial relacionadas a reclamações de consumidores sobre produtos fornecidos pela Companhia. Nenhuma causa cível foi considerada individualmente relevante.

Tributárias

As principais discussões tributárias estão relacionadas aos processos de Classificação Fiscal de Mercadorias (NCM) de partes e peças importadas para industrialização, conforme processo produtivo definido. O entendimento do Fisco federal para este tópico é para o enquadramento como produto acabado. O processo está aguardando julgamento do recurso voluntário pelo CARF.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

As causas com probabilidade de perda possível estão distribuídas nas áreas trabalhistas, cível e tributária, sendo os principais temas de natureza tributária, conforme seguem:

- Auto de infração questionando a classificação fiscal da importação de displays de LCD;
- Auto de infração questionando a tributação do PIS e COFINS sobre crédito presumido de ICMS;
- Auto de infração exigindo o estorno de créditos de IPI na venda de produtos importados para a Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental.

O principal tema de natureza cível está relacionado a uma discussão judicial envolvendo prestação de serviços e fornecimento de materiais.

Não há processos individualmente relevantes de natureza trabalhista.

Seguem valores envolvidos:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	10.203	9.097	9.568	8.916
Cíveis	6.498	14.451	4.754	11.239
Tributárias	52.472	52.704	41.571	51.993
	69.173	76.252	55.893	72.148

b. Composição de ativos reconhecidos:

A Companhia possui os seguintes ativos classificados com probabilidades de ganho praticamente certas pelos assessores jurídicos por conta do trânsito em julgado contabilizados na rubrica de "Outros créditos" no ativo não circulante.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	59	122	27	104
Tributárias	50	4.126	49	4.126
	109	4.248	76	4.230

Cíveis

Relativas a processos de cobrança, indenizações e execução com decisões favoráveis à Companhia ou acordos.

Tributárias

As principais ações tributárias estão relacionadas ao ressarcimento de custas, sucumbência da parte adversa e reconhecimento de direitos referente ao recolhimento/ressarcimento de tributos.

Ativos contingentes

Os valores dos ativos contingentes considerados como ganhos possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram contabilizados pela Companhia e totalizam o montante consolidado de R\$156.520 em 31 de dezembro de 2024 (R\$124.631 em 31 de dezembro de 2023), distribuídos nas áreas cível e tributária. Sendo os principais temas:

- Mandado de segurança impetrado com objetivo de garantir o direito da Companhia à limitação de 20 salários-mínimos da base de cálculo das contribuições a terceiros (Sistema "s");
- Mandado de segurança impetrado com o objetivo de garantir a não incidência normativa da TJLP-1999 para apuração dos JCP, uma vez que a incidência constitui afronta aos princípios da inconstitucionalidade e ilegalidade, bem como violação aos princípios da capacidade contributiva e não-confisco. Em recente decisão judicial, foi proferida sentença que julgou procedente os pedidos, declarando o direito de a parte autora efetuar o cálculo dos juros sobre o capital próprio, em relação aos exercícios financeiros de 2021 em diante, com base na TLP (Taxa de Longo Prazo);
- A Companhia discute judicialmente a cobrança de valores referentes a relação de distribuidor, em decorrência do fornecimento de produtos da marca Intelbras. No processo foi reconhecido, em reconvenção, o direito da Intelbras de ter satisfeito o débito objeto do contrato de confissão de dívida firmado com as partes;
- Mandado de segurança impetrado com o objetivo de garantir o direito da Companhia excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS considerando a repercussão econômica da metodologia de cálculo "por dentro";
- Cumprimento de sentença em ação de cobrança que condenou distribuidor a pagar valores de notas fiscais em aberto.

Seguem valores envolvidos:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	34.248	24.790	30.228	23.337
Tributárias	122.272	99.841	109.923	93.093
	156.520	124.631	140.151	116.430

c. Composição dos depósitos judiciais:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	2.869	3.572	2.655	3.364
Fiscal	2.251	2.182	2.252	2.182
	5.120	5.754	4.907	5.546

18. Provisão de Garantias

A Companhia oferece garantias para seus produtos por defeitos de fabricação, sendo assegurado o reparo via rede autorizada, troca expressa ou conserto dos produtos. Com intuito de realizar a cobertura destes gastos, a Companhia reconhece uma provisão quando os produtos são vendidos, baseando-se em dados históricos de garantia e uma ponderação de todas as probabilidades de desembolsos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram reconhecidas despesas relacionadas a provisão de garantias, líquidas entre adições e reversões, que resultaram no montante de adições de R\$8.180 (reversões de R\$12.052 em 31 de dezembro de 2023) no consolidado e adições de R\$4.955 (reversões de R\$1.087 em 31 de dezembro 2023) na controladora.

19. Obrigações por aquisição de empresa

A Companhia possui passivos referentes à aquisição de participação societária em empresas controladas. As obrigações estão segregadas entre “Contas a pagar por aquisição de empresas” (custo amortizado), no valor de R\$12.791 atualizados mensalmente pela variação do CDI e a “Obrigação por compra de quotas” (valor justo por meio do resultado), no valor de R\$13.305, atualizada pela projeção de atendimento de meta de crescimento do valor nominal do Ebitda da adquirida Khomp. Os saldos, bem como as movimentações, estão apresentados a seguir:

	Décio Metalúrgica Ltda.	Seventh Ltda.	Khomp Ind. e Com. Ltda.	Renovigi Energia Solar Ltda.	Allume S.A.S.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	700	2.721	24.319	176.058	-	203.798
Juros	-	254	1.128	12.995	-	14.377
Atualizações valor justo de opções de compra	-	-	(99)	-	-	(99)
Novos contratos	-	-	-	-	15.877	15.877
Variação cambial	-	-	-	-	(1.187)	(1.187)
Pagamentos juros	-	-	-	(9.821)	-	(9.821)
Pagamento principal	(700)	(1.440)	-	(113.198)	(9.131)	(124.469)
Baixa passivo financeiro (i)	-	-	-	(63.933)	-	(63.933)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	1.535	25.348	2.101	5.559	34.543
Juros	-	77	1.061	-	-	1.138
Atualizações valor justo de opções de compra	-	-	(2.272)	-	-	(2.272)
Variação cambial	-	-	-	-	1.420	1.420
Pagamentos juros	-	-	-	(466)	-	(466)
Pagamento principal	-	(1.612)	-	(1.635)	(5.020)	(8.267)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	24.137	-	1.959	26.096
Saldos em 31 de dezembro 2023						
Circulante	-	1.535	-	2.101	4.070	7.706
Não circulante	-	-	25.348	-	1.489	26.837
Saldos em 31 de dezembro 2024						
Circulante	-	-	-	-	979	979
Não circulante	-	-	24.137	-	980	25.117

(i) No dia 21 de novembro de 2023, a Companhia firmou um Termo de Transação e Outras Avenças com os antigos acionistas da controlada Renovigi. Nos termos firmados entre as partes foi estabelecido que seriam compensados os valores pendentes a pagar pela aquisição com os valores de todas as contingências passíveis de perdas presentes e futuras, como reclamações judiciais e produtos defeituosos, na Controlada. A receita de R\$63.933 decorrente da baixa deste passivo financeiro foi registrada na rubrica de "Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas" no resultado da Companhia.

20. Outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos de clientes	65.886	68.027	61.779	54.481
Receita antecipada	7.277	20.342	-	15.670
Acordos comerciais	9.150	10.008	9.150	10.008
Plano ILP (nota explicativa nº 32)	4.698	3.877	4.698	3.877
Provisões para despesas operacionais	28.372	32.507	25.186	30.761
Demais contas a pagar	14.688	17.802	11.670	17.680
	130.071	152.563	112.483	132.477
Circulante	115.669	136.327	98.086	116.241
Não circulante	14.402	16.236	14.397	16.236

21. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia é de R\$1.700.000, representado por 327.611.110 ações ordinárias.

No dia 18 de abril de 2023, a Administração da Companhia, via Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), deliberou pelo aumento do capital social no montante de R\$625.500, utilizando os saldos das reservas de lucros, sendo segregado da seguinte forma: (i) R\$281.307 de recursos da reserva de incentivos fiscais; (ii) R\$344.193 da reserva de investimentos.

b. Gastos com emissão de ações

Os gastos com emissão de ações referem-se a custos de transação tais como: gastos com elaboração de prospecto e relatórios; remuneração de serviços profissionais de terceiros; gastos com publicidade; taxas e comissões; custos de transferência; e custos de registro. Tais gastos foram registrados líquidos dos efeitos do imposto de renda e contribuição social.

c. Reservas de lucros

(i) *Reserva Legal*

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) *Incentivos fiscais*

Em 31 de dezembro de 2024, o montante refere-se à redução de IRPJ relacionado ao incentivo da área de atuação da superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), destinada a reserva de incentivos fiscais em 2023.

(iii) *Reserva de investimentos*

Constituída com a finalidade de reforçar o capital de giro e viabilizar investimentos e o desenvolvimento das atividades da Companhia e suas controladas. Além disso, há a possibilidade de utilização desta reserva para aumento de capital.

No dia 18 de abril 2023 a Administração da Companhia, via AGOE, deliberou pelo aumento do limite da reserva de investimento de R\$500.000 para R\$1.500.000.

(iv) *Lucros retidos*

Refere-se à retenção dos lucros apurados após as Reservas Estatutárias e Dividendos Mínimos Obrigatórios. Após o aumento do limite da reserva de investimentos no dia 18 de abril de 2023, o montante relacionado aos lucros retidos de exercícios anteriores foi transferido para essa reserva e o saldo de lucros retidos zerado.

d. Recompra de ações

No dia 27 de setembro de 2024 o Conselho de Administração aprovou a abertura de um Programa de Recompra de Ações ordinárias de emissão da Companhia. O programa autoriza aquisições até o limite de 400.000 ações ordinárias em um prazo máximo de 18 meses, contados a partir de 30/09/2024, expirando-se em 30/03/2026.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a recompra de 46.730 ações ordinárias, ao custo médio de R\$15,69 por ação.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2010 a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para os principais bens do ativo imobilizado.

Em abril de 2021, como parte do acordo de cotistas entre a Companhia e os sócios não controladores da Khomp Indústria e Comércio Ltda. (adquirida), uma opção de venda (“put”) e compra (“call”) foi emitida, que poderá resultar em uma aquisição pela Companhia das cotas remanescentes. A opção de venda detida pelos não controladores foi reconhecida no passivo não circulante com efeito na rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial” pelo valor de R\$25.896.

f. Ajustes acumulados de conversão

Compreendem diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das informações financeiras das subsidiárias no exterior.

g. Remuneração aos acionistas

Em 28 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios relacionados aos lucros apresentados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$58.558. Os valores foram integralmente pagos no dia 15 de março de 2024, em conjunto com o montante de R\$45.702 de JSCP deliberado em 20 de dezembro de 2023.

No dia 19 de março de 2024, o Conselho de Administração deliberou o pagamento de JSCP no valor bruto de R\$40.357, liquidados no dia 15 de agosto de 2024, com base nas reservas registradas no balanço da Companhia.

No dia 26 de julho de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de dividendos intercalares no valor total de R\$60.898, com base no lucro líquido apurado durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2024. O pagamento aos acionistas ocorreu no dia 15 de agosto de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Por fim, ao final do exercício, a Companhia apurou o montante adicional de R\$29.505 relacionados aos dividendos mínimos obrigatórios conforme estatuto social, os quais serão pagos ao longo do exercício de 2025.

No quadro a seguir são demonstradas as movimentações na conta de JSCP/dividendos a distribuir durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Consolidado	
Cálculo dos dividendos	
Saldo no início do exercício	45.702
(+) Dividendos aprovados	119.456
(+) Dividendos mínimos obrigatórios	29.505
(-) Dividendos pagos	(119.456)
(+) JSCP aprovados	40.357
(-) IRRF s/ JSCP aprovados	(5.137)
(-) JSCP pagos	(80.922)
Saldo no final do exercício	29.505

h. Participação de acionistas não controladores

Refere-se à participação acionária de terceiros, correspondente a 25% no capital social da controlada Khomp Indústria e Comércio Ltda e 45% da controlada Allume Holding S.A.S., acrescida das mais valias oriundas das combinações de negócios.

22. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo exercício, bem como para a mesma companhia em exercícios diferentes.

	31/12/2024	31/12/2023
Numerador:		
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores	528.934	544.231
Denominador:		
Média ponderada do número de ações ordinárias, líquida das ações em tesouraria	327.607.049	327.611.110
Denominador:		
Denominador para resultado básico e diluído por ação	327.607.049	327.611.110
Lucro básico e diluído por ação (em Reais - R\$)		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	1,61	1,66

Não há, na data em 31 de dezembro de 2024, instrumentos de patrimônio com efeito de diluição do capital.

23. Incentivos fiscais

	Data de Vencimento	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Crédito financeiro - Lei N.º 13.969/2019 (i)	31/12/2029	138.126	121.005	136.545	119.248
ICMS - Estado do Amazonas (ii)	31/12/2032	183.067	171.182	183.067	171.182
ICMS - Estado de Santa Catarina (iii)	31/12/2032	153.837	106.046	148.375	100.854
ICMS - Estado de Minas Gerais	31/12/2032	30.772	28.820	30.772	28.820
ICMS - Estado de Pernambuco	31/12/2032	8.854	7.645	8.854	7.645
		514.656	434.698	507.613	427.749

- (i) A Lei N.º 13.969/2019, alterou o regime de incentivos implementado pela Lei N.º 8.248/1991, usualmente conhecida como “Lei de Informática”. Agora denominada Lei das empresas do setor de Tecnologias da Informação e Comunicação (“Lei das TICs”), autoriza as empresas beneficiadas a usufruírem de um crédito financeiro em substituição ao benefício de redução do IPI, presente na legislação anterior. O crédito financeiro será convertido em créditos federais, obtidos por meio de um multiplicador sobre os investimentos em Pesquisas, Desenvolvimento e Inovações (PD&I) realizados pelas indústrias de bens de informática que corresponde a 4% do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática, incentivados na forma desta Lei. O valor deste benefício é reconhecido na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”, na demonstração do resultado.
- (ii) Por meio da Lei N.º 2.826/2003, é permitida a utilização de crédito estímulo do ICMS autorizado em Projeto aprovado com o Estado do Amazonas que relaciona os produtos beneficiados.
- (iii) Regulamento do ICMS/SC - Decreto N.º 2.870/2001, permite a redução na base de cálculo do ICMS nas operações internas com equipamentos de automação, informática e telecomunicações, ficando facultado aplicar diretamente o percentual de 12% sobre a base de cálculo integral. Este mesmo regulamento permite a utilização de crédito presumido do ICMS nas operações com produtos enquadrados na Lei Federal de Informática N.º 8.248/91, a qual dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação.

24. Imposto de renda e contribuição social

a. Composição dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social)

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social de exercícios anteriores, sem prazo de prescrição, e das adições e exclusões temporárias. As bases de cálculo dos impostos diferidos estão demonstradas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<u>Diferenças temporárias</u>				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15.604	16.995	15.372	16.182
Provisão para garantias	78.738	66.055	24.198	19.243
Provisão para estoques obsoletos	49.584	61.277	43.913	54.421
Provisão para perda esperada para risco de crédito (*)	16.475	17.796	15.484	16.136
Ágio (**)	(33.366)	(33.366)	(33.366)	(33.366)
Mais valia	(141.600)	(158.357)	-	-
Diferença de depreciação fiscal x contábil (vida útil)	(31.067)	(18.226)	(31.067)	(18.226)
Custo atribuído e revisão da vida útil dos bens do imobilizado	(37.533)	(37.768)	(37.533)	(37.768)
Efeitos de reconhecimento de receita - CPC 47 (IFRS 15)	66.635	29.705	65.792	30.101
Provisão para verbas comerciais	8.757	5.624	8.757	5.624
AVP - clientes, estoques e fornecedores	38.701	41.753	38.753	40.858
Operações com derivativos – Hedge	(28.915)	(1.214)	(23.845)	(1.784)
Outros	28.494	28.385	20.011	26.404
Total diferenças temporárias	30.507	18.659	106.469	117.825
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social diferido	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias	10.372	6.344	36.199	40.061
<u>Prejuízo fiscal e base negativa</u>				
Prejuízo fiscal	203.892	166.706	33.437	4.362
Alíquota do imposto de renda diferido	25%	25%	25%	25%
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	50.973	41.677	8.359	1.091
Base negativa	245.574	205.759	75.119	43.415
Alíquota da contribuição social diferida	9%	9%	9%	9%
Contribuição social diferido sobre base negativa	22.102	18.518	6.761	3.907
<u>Tributos diferidos</u>				
Imposto de renda diferido	58.600	46.341	34.976	30.547
Contribuição social diferida	24.847	20.198	16.343	14.512
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	83.447	66.539	51.319	45.059

(*) Parte do valor da provisão para perdas com clientes é formada por títulos que já preenchem os requisitos para dedutibilidade e foram considerados como dedutíveis.

(**)O ágio pago quando da aquisição de empresas foi amortizado fiscalmente a partir do momento em que as Empresas adquiridas foram incorporadas. O imposto de renda e a contribuição diferidos foram constituídos na medida que a amortização fiscal ocorreu. Sendo que na presente data o ágio fiscal encontra-se integralmente amortizado.

Os tributos diferidos estão apresentados líquidos entre ativos e passivos, conforme CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o lucro, quando os referidos tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e há o direito executável e a intenção da Administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido.

As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e suas controladas, decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, estão respaldadas em projeções de lucro tributável da Companhia e de suas controladas, aprovadas pela Administração, a saber:

	Consolidado	Controladora
	31/12/2024	31/12/2024
2025	11.362	6.027
2026	8.162	1.859
2027	9.586	2.553
2028	8.563	707
Após 2028	35.402	3.974
	73.075	15.120

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia e suas controladas foram baseados nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e suas controladas. Com base nessas projeções, a Companhia realiza uma avaliação da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro contra os quais os prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, após realizadas as avaliações, a Companhia concluiu que permanece sendo provável que a Controladora e suas subsidiárias irão gerar lucros tributáveis no futuro e, conseqüentemente, realizar os tributos diferidos sobre prejuízos fiscais.

b. Conciliação das despesas do imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	514.835	516.694	522.674	536.059
Equivalência patrimonial	-	-	1.019	30.701
Juros sobre o capital próprio	(40.357)	(91.395)	(40.357)	(91.395)
Incentivos fiscais	(514.656)	(434.698)	(507.613)	(427.749)
Pesquisa e inovação tecnológica Lei nº 11.196/05	(2.186)	(72.480)	-	(69.854)
Provisão para perdas de crédito esperadas	-	(825)	-	(1.605)
Outros	2.432	(2.189)	5.866	(191)
	(39.932)	(84.893)	(18.411)	(24.034)
Alíquota combinada do IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL pela alíquota nominal	13.577	28.864	6.260	8.172
Alíquota nominal				
Corrente	(3.377)	(7.731)	-	(3.438)
Diferido	16.954	36.595	6.260	11.610
IRPJ/CSLL pela alíquota nominal	13.577	28.864	6.260	8.172
Alíquota efetiva	2,64%	5,59%	1,20%	1,52%

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

1. Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes na data do balanço foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia e suas controladas podem estar expostas, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Riscos de crédito;
- Riscos de liquidez;
- Riscos de mercado;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de taxa de câmbio;
- Riscos operacionais.

(i) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito, e opta por complementar a gestão de riscos por meio da contratação de seguro de crédito. A Companhia possui, ainda, a provisão para perda de crédito esperada, no consolidado no montante de R\$45.092 em 31 de dezembro de 2024 (R\$39.289 em 31 de dezembro de 2023) e na controladora R\$40.639 em 31 de dezembro de 2024 (R\$35.356 em 31 de dezembro de 2023), para fazer face ao risco de crédito.

Para as aplicações financeiras e depósitos em instituições financeiras a Administração da Companhia, através de sua tesouraria, monitora informações de mercado sobre suas contrapartes a fim de identificar potenciais riscos de crédito. Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Conta corrente bancária	62.407	94.021	46.823	83.073
Aplicações financeiras	825.562	1.209.148	651.291	1.171.894
Títulos e valores mobiliários	10.973	12.687	10.833	11.316
Contas a receber de clientes	1.320.917	1.035.585	1.315.713	977.347
	2.219.859	2.351.441	2.024.660	2.243.630

(ii) Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa nº 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Na data do balanço os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A seguir demonstramos o cronograma de amortização dos passivos financeiros não derivativos no consolidado conforme as condições contratuais. O fluxo apresentado não foi descontado e inclui os juros e atualização pelos indexadores contratuais com base nas respectivas taxas projetadas na data do balanço, publicadas pelo Boletim Focus do Banco Central do Brasil:

	31/12/2024			
	Até um ano	De um a três anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	894.227	-	-	894.227
Fornecedores risco sacado	346.036	-	-	346.036
Contas a pagar por aquisição de empresa	979	26.309	-	27.288
Financiamentos e empréstimos	260.802	776.994	321.352	1.359.148
	1.502.044	803.303	321.352	2.626.699

	31/12/2023			Total
	Até um ano	De um a três anos	Mais de 3 anos	
Fornecedores	711.659	-	-	711.659
Fornecedores risco sacado	182.120	-	-	182.120
Contas a pagar por aquisição de empresa	6.924	27.710	-	34.634
Financiamentos e empréstimos	186.723	760.624	526.028	1.473.375
	1.087.426	788.334	526.028	2.401.788

(iii) Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente do segmento eletroeletrônico. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

Adicionalmente, há o contrato por compra de ações conforme mencionado na nota explicativa nº 21 (e), que poderá variar a depender do atingimento de certas metas relacionadas ao EBITDA das operações da adquirida.

Conforme informado no pronunciamento técnico CPC 40 (R1) (IFRS 7) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, destacamos nos itens a seguir, (iv) e (v), os riscos variáveis de mercado, e suas respectivas análises de sensibilidade, que a Companhia está sujeita nas suas operações.

(iv) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações. Em 31 de dezembro de 2024 há operações de Contratos a Termo de Moedas e SWAP foram contratadas para mitigar riscos ao fluxo de caixa das variações de câmbio.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<u>Instrumentos com taxa de juros variável</u>				
Títulos e valores mobiliários	10.973	12.687	10.833	11.316
Financiamentos e empréstimos	(923.516)	(888.461)	(908.203)	(882.716)
Contratos a termo	28.815	(3.292)	23.845	(3.213)
Operações de SWAP	-	(490)	-	-
<u>Instrumentos com taxa de juros fixo</u>				
Financiamentos e empréstimos	-	(25.554)	-	-

(v) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. A Companhia avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 25.2, com isso se protegendo de oscilações na variação cambial e não expondo na totalidade os saldos em moedas estrangeiras.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os saldos em moedas estrangeiras estão assim representados (apresentado em reais):

31/12/2024						
Moeda estrangeira						
	Dólar US\$	COP \$	Euro €	Yen ¥	Ren ¥	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	121.062	6.501	23	-	2.912	130.498
Contas a receber de clientes	34.024	19.069	-	-	801	53.894
Contratos a termo - NDF	28.815	-	-	-	-	28.815
Passivo						
Fornecedores	(1.017.822)	(2.350)	(253)	(5.499)	(81.071)	(1.106.995)
Financiamentos e empréstimos	-	(14.790)	-	-	-	(14.790)
Exposição líquida	(833.921)	8.430	(230)	(5.499)	(77.358)	(908.578)

31/12/2023						
Moeda estrangeira						
	Dólar US\$	COP \$	Euro €	Yen ¥	Ren ¥	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	69.266	4.677	19	-	1.209	75.171
Contas a receber de clientes	14.370	14.864	-	-	19	29.253
Passivo						
Fornecedores	(761.143)	(11.652)	(6)	(5.900)	(22)	(778.723)
Financiamentos e empréstimos	(696)	(24.858)	-	-	-	(25.554)
Contratos e termos - NDF	(3.292)	-	-	-	-	(3.292)
Contrato de Swap	(490)	-	-	-	-	(490)
Exposição líquida	(681.985)	(16.969)	13	(5.900)	1.206	(703.635)

A Administração avalia que as exposições ao risco cambial são aceitáveis para suas operações.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade da variação cambial das contas com saldo em moeda estrangeira, ao qual a Companhia e as controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2024, a Companhia utiliza 05 cenários diferentes com variações de 5% e 10%, de redução e de aumento em relação a taxa base, sendo utilizada a taxa esperada para os próximos 12 meses. Adicionalmente, estas variações correspondem a expectativa com base na amplitude de variação das taxas de dólar, moeda estrangeira a qual possui maior relevância nos saldos da Companhia, dos 12 meses anteriores a data base.

Para cada cenário foi calculada a respectiva despesa e receita de variação cambial considerando apenas os valores em dólar, dado sua relevância. A data base da carteira foi 31 de dezembro de 2024 e a cotação do dólar utilizado na projeção foi de R\$6,05.

	(Despesa)/Receita				
	Cenário I -10%	Cenário II -5%	Cenário provável	Cenário III +5%	Cenário IV +10%
Caixa e equivalentes de caixa	(14.610)	(8.696)	(2.782)	3.132	9.046
Contas a receber de clientes	(6.504)	(3.871)	(1.238)	1.394	4.027
Fornecedores	123.315	73.398	23.481	(26.435)	(76.352)
Instrumentos financeiros derivativos	(3.477)	(2.070)	(662)	745	2.153
	98.724	58.761	18.799	(21.164)	(61.126)

(vi) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

2. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são registrados ao seu valor justo e estão assim sumariados:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				
Contratos a termo - NDF	28.815	-	23.845	-
	28.815	-	23.845	-
Passivo				
Obrigações por compra de cotas	(13.305)	(15.577)	(13.305)	(15.577)
Swap	-	(490)	-	-
Contratos a termo - NDF	-	(3.292)	-	(3.213)
	(13.305)	(19.359)	(13.305)	(18.790)

Operações de NDF

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém Contratos a Termo de Moedas de USD77.759 mil, com o objetivo de proteger o seu fluxo de caixa futuro contra oscilações de câmbio, sendo o valor justo destes contratos de R\$28.815 registrado no ativo circulante (R\$3.292 no passivo circulante em 31 de dezembro 2023). Os Contratos a Termo de Moedas têm prazo médio de 90 dias entre a data de contratação e seu vencimento.

Contrato de opções de compra

A Companhia é parte em contrato de obrigação por compras de ações envolvendo contrato de opção, conforme descrito na nota explicativa nº 21 (e). O valor está registrado à rubrica “Obrigações por aquisição de empresa”.

3. Instrumentos financeiros - valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				Classificação
	31/12/2024		31/12/2023		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	62.407	62.407	94.021	94.021	Custo amortizado
Aplicações financeiras	825.562	825.562	1.209.148	1.209.148	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	10.973	10.973	12.687	12.687	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	1.248.917	1.248.917	974.667	974.667	Custo amortizado
Contrato a termo	28.815	28.815	-	-	Valor justo por meio do resultado
Passivo					
Fornecedores	1.219.606	1.219.606	877.124	877.124	Custo amortizado
Financiamentos e empréstimos - com encargos	923.516	923.516	914.015	914.015	Custo amortizado
Outras contas a pagar, aquisição de controlada	12.791	12.791	18.966	18.966	Custo amortizado
Obrigações por compra de quotas	13.305	13.305	15.577	15.577	Valor justo por meio do resultado
Contrato a termo	-	-	3.292	3.292	Valor justo por meio do resultado
Contrato Swap	-	-	490	490	Valor justo por meio do resultado

Os derivativos são mensurados de acordo com o cálculo de marcação a mercado na data base.

Mensuração do valor justo reconhecido nas demonstrações financeiras

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços); e
- Nível 3: a mensuração do justo valor é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Administração, na data dos balanços adotou o nível 2 para avaliar os valores justos aplicáveis aos instrumentos financeiros da Companhia, exceto para a obrigação por compra de ações decorrente da aquisição da Khomp, conforme mencionado na nota explicativa nº 21 (e), para a qual utiliza-se o nível 3.

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo do valor justo

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia e suas controladas foram apurados conforme descrito abaixo. A Companhia e suas controladas mantêm contrato derivativo (SWAP) e contratos a termo (NDF), como mencionado nesta nota explicativa.

Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis, e consideramos que estão avaliadas a valor justo baseado no valor provável de realização.

Contas a receber de clientes e fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

Financiamentos e empréstimos - inclui encargos

Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes específicas para financiamento de P&D e Projetos.

Limitações

Os valores de mercado foram estimados na data do balanço, baseados em "informações relevantes de mercado". As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

4. Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade aos indexadores financeiros atrelados as aplicações financeiras e aos empréstimos que a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 05 cenários diferentes para avaliação.

Com base nos saldos registrados no balanço da Companhia em 31 de dezembro de 2024, foram calculadas variações positivas e negativas de 10% e 20% a partir do cenário provável, as quais correspondem aos percentuais utilizados pela Administração em suas análises de gestão. No cenário provável, as taxas médias projetadas possuem como base as expectativas do mercado para os indicadores financeiros atrelados aos direitos e obrigações avaliados, publicadas pelo Boletim Focus do Banco Central do Brasil.

Em cada cenário a Companhia calculou os efeitos no resultado financeiro para o período de 12 meses a partir dos saldos do balanço em 31 de dezembro de 2024, sem levar em consideração a incidência de tributos e os fluxos de vencimentos programados para cada contrato, obtendo, assim, os valores conforme quadro a seguir:

	Consolidado						
	Saldos em 31/12/2024	Taxa Média	Cenário provável	Cenário I +10%	Cenário II +20%	Cenário III -10%	Cenário IV -20%
Aplicações Financeiras							
Moeda nacional	732.913	14,55%	106.639	117.303	127.967	95.975	85.311
Moeda estrangeira	92.649	4,64%	4.299	4.729	5.159	3.869	3.439
	825.562	13,44%	110.938	122.032	133.126	99.844	88.750
Financiamentos e empréstimos							
Moeda nacional	908.726	11,56%	(105.049)	(115.554)	(126.059)	(94.544)	(84.039)
Moeda estrangeira	14.790	11,58%	(1.713)	(1.884)	(2.056)	(1.542)	(1.370)
	923.516	11,56%	(106.762)	(117.438)	(128.115)	(96.086)	(85.409)
Efeito líquido no resultado			4.176	4.594	5.011	3.758	3.341

5. Gestão de capital

O capital social inclui ações ordinárias e as demais reservas atribuíveis aos acionistas controladores. O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de *covenants* financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia monitora o capital por meio da correlação da dívida líquida (ou caixa líquido) em relação ao patrimônio líquido. A política da Companhia é a de manter uma posição de caixa líquido ou, em caso de dívida líquida, que a correlação seja entre 20% e 40%. A Companhia inclui na dívida líquida os financiamentos e empréstimos sujeitos a juros, menos caixa e equivalentes de caixa.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Financiamentos e empréstimos sujeitos a juros	923.516	914.015	908.203	882.716
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(887.969)	(1.303.169)	(698.114)	(1.254.967)
Dívida líquida consolidada	35.547	(389.154)	210.089	(372.251)
Patrimônio líquido	2.966.536	2.623.522	2.941.909	2.600.824
Correlação	1%	(15%)	7%	(14%)

Para atingir este objetivo geral, a gestão de capital da Companhia, entre outras coisas, visa assegurar que cumpra com os compromissos financeiros associados aos financiamentos e empréstimos que definem os requisitos de estrutura de capital. As violações no cumprimento dos *covenants* financeiros permitiriam que o banco requeresse imediatamente a liquidação dos empréstimos e financiamentos. Não houve violações dos *covenants* financeiros de quaisquer financiamento e empréstimos sujeitos a juros no exercício. Não foram efetuadas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

26. Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta	6.016.862	5.175.318	5.694.552	4.824.818
Tributos sobre vendas	(861.831)	(725.164)	(850.772)	(694.847)
Verbas comerciais	(132.250)	(131.451)	(132.250)	(131.451)
Devoluções	(266.635)	(215.027)	(248.542)	(206.390)
Receita operacional líquida	4.756.146	4.103.676	4.462.988	3.792.130

27. Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	3.293.517	2.826.669	3.147.351	2.635.830
Matéria-prima e revenda	2.878.267	2.483.731	2.760.943	2.325.013
Custos fixos de produção	370.954	310.092	345.051	282.355
Depreciação e amortização	44.296	32.846	41.357	28.462
	3.293.517	2.826.669	3.147.351	2.635.830

28. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 (R1) (IAS 1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração por natureza:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas por função				
Com vendas	644.734	560.321	577.892	485.505
Administrativas e gerais	259.342	238.140	208.946	189.708
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas (i)	14.236	(42.779)	(12.399)	(71.219)
	918.312	755.682	774.439	603.994
Despesas com pessoal	552.477	523.128	462.507	439.837
Vendas e marketing	217.123	181.874	206.724	154.251
Frete	131.763	109.481	123.281	96.834
Utilidades, manutenção e material de apoio	43.128	43.366	37.699	36.532
Depreciação e amortização	53.538	46.394	31.846	25.187
Serviços de terceiros	53.973	37.610	43.317	28.505
Outras (receitas) despesas (i)	524	(65.241)	1.698	(57.980)
Crédito financeiro	(134.214)	(120.930)	(132.633)	(119.172)
	918.312	755.682	774.439	603.994

(i) Em 21 de novembro de 2023 a Companhia firmou um acordo que resultou em uma baixa do passivo financeiro relacionado a aquisição da Renovigi, conforme detalhado na nota explicativa nº 19.

29. Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas aplicações financeiras	113.694	150.600	104.402	147.739
Juros	16.444	7.667	21.296	17.902
Ajuste a valor presente	69.107	60.560	67.983	58.783
Receitas com derivativos - Opções de compra	2.591	2.759	2.591	2.759
Outros	809	1.157	506	1.079
Receitas financeiras	202.645	222.743	196.778	228.262
Juros sobre financiamento e empréstimos	(82.087)	(101.357)	(81.820)	(95.420)
Juros sobre contas a pagar por aquisições de empresa	-	(12.994)	-	(12.996)
Despesas bancárias	(11.138)	(11.803)	(5.482)	(7.555)
IOF sobre operações financeiras	(3.593)	(1.102)	(1.044)	(741)
Ajuste a valor presente	(68.018)	(81.698)	(68.240)	(77.636)
Despesas com derivativos - Opções de compra	(318)	(2.660)	(318)	(2.660)
Outros	(1.805)	(2.816)	(1.422)	(1.174)
Despesas financeiras	(166.959)	(214.430)	(158.326)	(198.182)
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	(154.580)	36.043	(141.402)	27.336
Variação cambial sobre empréstimos	(15)	1.924	-	(427)
Operações com derivativos - SWAP	7	(1.514)	-	(484)
Operações com derivativos - Contratos a termo	89.420	(49.397)	85.445	(42.051)
Variação cambial líquida	(65.168)	(12.944)	(55.957)	(15.626)
Resultado financeiro líquido	(29.482)	(4.631)	(17.505)	14.454

30. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas contratadas são consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui as seguintes coberturas de seguros conforme apólices contratadas com terceiros:

Riscos cobertos	Importância segurada
Riscos operacionais (Patrimonial)	337.940
Lucros cessantes (P.I.4 meses)	198.000
Responsabilidade civil	32.000
Frete nacionais e exportações	6.042.229
Riscos de crédito	70.000

31. Informação por segmento

As informações por segmento a seguir são utilizadas pela Administração da Intelbras para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos, sendo a lucro bruto a medida utilizada no desempenho de seus segmentos operacionais.

Segurança

Segmento formado por linhas de negócio relacionadas à segurança eletrônica, tais como equipamentos para videovigilância analógica (CFTV), videovigilância IP (CFTV IP), alarmes e sensores contra intrusão, alarmes e sensores contra incêndio e controle de acessos (controladores e dispositivos para uso condominial, residencial e empresarial).

Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Segmento formado por linhas de negócio relacionadas à comunicação de voz, imagem e dados, bem como para infraestrutura de redes. São comercializados equipamentos para a infraestrutura de redes empresariais, residenciais e de fibra ótica, sistemas de comunicação residenciais, empresariais e seus acessórios.

Energia

Segmento formado por linhas de negócio associadas ao fornecimento de energia para equipamentos eletroeletrônicos e consumidores em geral, além de dispositivos para proteção e economia de energia em residências, empresas e condomínios. São comercializadas as linhas de fontes, baterias, nobreaks, sensores de iluminação, além de geradores de energia solar on-grid e off-grid.

As operações da Companhia são realizadas no Brasil e no exterior, e não existem clientes que representem mais de 10% da receita de cada segmento.

	31/12/2024			
	TIC	Segurança	Energia	Total
Receita operacional líquida	1.062.207	2.602.713	1.091.226	4.756.146
Lucro bruto	288.449	904.954	269.226	1.462.629

	31/12/2023			
	TIC	Segurança	Energia	Total
Receita operacional líquida	907.919	2.225.214	970.543	4.103.676
Lucro bruto	274.789	832.655	169.563	1.277.007

No quadro abaixo a Companhia fornece informações relacionadas aos ativos e passivos que regularmente possuem o desempenho avaliado pela Administração e respectivos gestores dos segmentos com intuito de tomar decisões sobre a alocação dos recursos necessários para cada segmento. Os ativos compreendem contas a receber, estoques, imobilizado e intangível, sendo o passivo composto por fornecedores:

	Ativos		Passivos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tecnologia da informação e Comunicação (TIC)	1.199.446	863.087	237.702	150.611
Segurança	2.131.840	1.590.142	746.385	556.039
Energia	961.396	833.881	235.519	170.474
	4.292.682	3.287.110	1.219.606	877.124

32. Informações sobre transações e saldos com partes relacionadas

A Companhia tem como atividade preponderante a fabricação, o desenvolvimento e o comércio de equipamentos de segurança eletrônica e serviços para vigilância e monitoramento eletrônico, equipamentos e terminais de consumo para comunicação de voz e/ou dados, equipamentos, serviços e meios para comunicação de voz e/ou dados de uso profissional, equipamentos de redes, meios e soluções para a infraestrutura de comunicação de dados.

1. Transações e saldos entre Companhia e partes relacionadas

	Controladora							
	Saldos no balanço							
	Contas a receber		Fornecedores		Empréstimos Concedidos		Outras contas a pagar/receber	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ascent Asia	-	-	-	(271)	-	-	-	-
Seventh	-	1	-	-	-	-	(13)	-
Décio Indústria Metalúrgica (i)	24	41	(5.070)	(4.995)	-	(19.720)	-	-
Khomp Indústria e Comércio	55	39	(102)	(337)	-	-	-	-
Renovigi Energia Solar (ii)	48.407	39	(5.111)	(7.894)	-	(116.928)	301	(858)
Allume Holding SAS	13.977	3.205	-	-	-	-	-	-
Zhejiang Dahua Technology (iii)	-	-	(478.466)	(220.453)	-	-	4.941	-
	62.463	3.325	(488.749)	(233.950)	-	(136.648)	5.229	(858)
	Transações							
	Receita de Vendas		Compras		Juros s/ empréstimos			
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		
Ascent Asia	-	-	(10.467)	(9.202)	-	-		
Seventh	2	10	-	-	-	-		
Décio Indústria Metalúrgica	99	95	(41.391)	(35.110)	475	2.311		
Khomp Indústria e Comércio	292	718	(1.742)	(546)	-	-		
Renovigi Energia Solar	41.123	542	(188.034)	(59.660)	5.205	8.736		
Allume Holding SAS	11.232	184	-	-	-	-		
Zhejiang Dahua Technology (iii)	-	-	(1.131.769)	(545.483)	-	-		
Aunady	-	-	(414)	-	-	-		
	52.748	1.549	(1.373.817)	(650.001)	5.680	11.047		

	Consolidado					
	Saldos no balanço				Transações	
	Fornecedores		Outras contas a pagar/receber		Compras	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Zhejiang Dahua Technology (iii)	(505.846)	(220.453)	4.941	-	(1.186.658)	(545.483)
	(505.846)	(220.453)	4.941	-	(1.186.658)	(545.483)

(i) Em 24 de abril de 2024, a Companhia realizou a conversão de empréstimos concedidos a Décio em capital social no valor de R\$20.195.

(ii)

(ii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou abatimentos de empréstimos concedidos à Renovigi contra contas a pagar a controlada no montante de R\$66.123 e realizou a conversão de R\$56.010 de empréstimos concedidos em capital social.

(iii) Os montantes apresentados correspondem a somatória das transações com a Dahua e suas investidas.

2. Transações e saldos entre as investidas

	Consolidado	
	Receita de Vendas	
	31/12/2024	31/12/2023
Vendas realizadas pela Décio para Khomp	-	93
Vendas realizadas pela Ascent para Dahua	7.576	5.641
Vendas realizadas pela Dahua para Allume	54.889	2.207
	62.465	7.941

Transações entre partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas referem-se a transações com condições específicas pactuadas entre as partes, sendo que os saldos em geral sofrem atualização com o indicador Selic. Por fim, a Companhia entende que as transações entre partes relacionadas possuem características operacionais, assim, em sua Demonstração de Fluxo de Caixa os efeitos são mantidos nas Atividades Operacionais.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou um acordo de cooperação ("Acordo de Cooperação") com a Zhejiang Dahua Technology Co., Ltd., sociedade pertencente ao grupo econômico da Dahua Europe B.V. Nos termos do Acordo de Cooperação, há um compromisso de adquirir exclusivamente da fornecedora Dahua produtos circuito fechado de televisão composto por câmeras de segurança eletrônica e gravadores digitais de vídeo, desde que observados, pela fornecedora Dahua, o cumprimento de determinadas condições comerciais, conforme estabelecidas no Acordo de Cooperação. Desde novembro de 2019 a fornecedora Dahua possui ações da Companhia que em 31 de dezembro de 2024 representam 7,56% do capital social.

Garantias

A Companhia presta garantia referente aos financiamentos e empréstimos descritos na nota explicativa nº 15 e que são concedidos para as instituições financeiras, sendo carta fiança e bens do ativo imobilizado. Não são prestadas garantias a terceiros.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e não-estatutários, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da Companhia. A remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R\$43.812 durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2024 (R\$55.525 em 31 de dezembro de 2023). Neste valor estão englobados benefícios de curto prazo, que correspondem a: (i) pró-labore ou honorário pago à diretoria e aos membros do Conselho de Administração; (ii) bônus pago à diretoria e (iii) outros benefícios, como plano de saúde.

A Companhia não concede a seus administradores benefícios pós emprego e /ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, além dos previstos pela legislação aplicável.

Plano de incentivo de longo prazo (Plano ILP)

A Companhia possui um programa de incentivo a longo prazo ("Plano ILP"), concedido aos Diretores e Gerentes Executivos com objetivo de atrair, motivar ou reter, bem como alinhar seus interesses aos interesses da Companhia e de seus acionistas.

O montante de direito dos participantes do plano é convertido pela cotação média das ações da Companhia na B3, tendo como base o mês anterior ao exercício de direito. Após o cumprimento das carências dispostas no regulamento, o montante de direito dos participantes do plano será convertido novamente para liquidação do incentivo financeiro em dinheiro, considerando a cotação média das ações da Companhia nos últimos 20 pregões do mês anterior a liquidação financeira.

Como condição para aplicação do Plano ILP (gatilho), a Companhia precisa obter, no mínimo, 20% de ROIC – Retorno sobre Capital Investido no exercício imediatamente anterior a cada ano da aplicação do direito. Além disso, o Plano ILP, somado as participações nos lucros, não poderá ultrapassar os limites de números de salários dos elegíveis dispostos no regulamento do plano.

O regulamento do Plano ILP determina algumas condições para o recebimento do incentivo, sendo dividido em duas parcelas onde:

- 30% do incentivo será liberado após o participante completar 60 anos de idade ou encerrar a carreira; e
- 70% em três parcelas anuais a partir do 2º ano da respectiva data de outorga do contrato.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram registradas despesas relacionadas ao Plano ILP no montante de R\$321 na rubrica de despesas administrativas e gerais na demonstração do resultado do exercício em contrapartida de outras contas a pagar, no passivo não circulante, conforme movimentações demonstradas no quadro abaixo:

PLANO ILP	31/12/2023	Reciprocidade	Reconhecimento	Atualização	31/12/2024
2022	1.924	-	-	(726)	1.198
2023	1.953	500	-	(860)	1.593
2024	-	-	1.907	-	1.907
TOTAL	3.877	500	1.907	(1.586)	4.698

33. Itens que não afetam caixa

As transações ocorridas no exercício que não afetaram os fluxos de caixa de Companhia estão abaixo apresentadas:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Itens que não afetaram caixa:				
Variação cambial em controlada no exterior	2.985	764	2.202	598
Reconhecimento de contratos de arrendamento	11.797	6.363	9.469	5.221
Juros sobre capital próprio/dividendos declarados não pagos	29.505	45.702	29.505	45.702
Variação no saldo de fornecedores de imobilizado a prazo	(3.407)	2.102	(3.407)	2.102
Aumento de capital social com reserva de lucros	-	625.500	-	625.500
Aumento de capital nas investidas com empréstimos concedidos	-	-	76.205	45.787
Abatimentos de empréstimos concedidos a investidas com transações <i>intercompany</i>	-	-	66.123	-
Aquisição de controlada a prazo	-	6.746	-	6.746

34. Eventos subsequentes

- (i) No dia 29 de janeiro de 2025, a Companhia celebrou um contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$200.000, com o objetivo de financiar o desenvolvimento de negócios com provedores de internet de micro, pequeno e médio porte.

As captações serão realizadas nos próximos 3 anos conforme andamento do projeto, com carência de 12 meses para iniciar as amortizações após a disponibilização dos recursos. Na sequência, as liquidações ocorrerão em até 60 meses, com remuneração atrelada à TR mais *spread* de 2,7% a.a.

- (ii) Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia de 25 de fevereiro de 2025, a Companhia aprovou o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$60.421, correspondente ao valor de R\$0,184476100865 por ação. O pagamento aos acionistas ocorrerá no dia 17 de março de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

* * *

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Os Diretores da **Intelbras S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira** ("Companhia"), em conformidade com o inciso II, do §1º, do artigo 31 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2024 comparativa com 31 de dezembro de 2023, autorizando a sua conclusão nesta data.

São José, 26 de fevereiro de 2025.

Altair Angelo Silvestri

Diretor Presidente

Rafael Boeing

Diretor de Relações com Investidores e Diretor Superintendente Administrativo Financeiro

Henrique Fernandez

Diretor Superintendente de Comunicação

Marcio Ferreira da Silva

Diretor Superintendente de Energia

Paulo Daniel Correa

Diretor Superintendente de Segurança

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Os Diretores da **Intelbras S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira** ("Companhia"), em conformidade com o inciso II, do §1º, do artigo 31 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com o parecer e relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2024 comparativa com 31 de dezembro de 2023, autorizando a sua conclusão nesta data

São José, 26 de fevereiro de 2025.

Altair Angelo Silvestri
Diretor Presidente

Rafael Boeing
Diretor de Relações com Investidores e Diretor Superintendente Administrativo Financeiro

Henrique Fernandez
Diretor Superintendente de Comunicação

Marcio Ferreira da Silva
Diretor Superintendente de Energia

Paulo Daniel Correa
Diretor Superintendente de Segurança

INTELBRAS S.A. INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELETRÔNICA BRASILEIRA

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ: 82.901.000/0001-27

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. Apresentação

O Comitê de Auditoria ("**Comitê**") da Intelbras S.A. Indústria de Telecomunicação Brasileira S.A. ("**Companhia**") é um órgão não estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, que teve sua instalação ratificada na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 25 de novembro de 2020 ("**RCA 25.11.2020**"). O Comitê tem, dentre outras atribuições, o objetivo de monitorar e avaliar continuamente os sistemas de identificação de riscos e os controles internos, monitorando as exposições de risco da Companhia. O Regimento Interno do Comitê ("**Regimento**") foi aprovado na RCA 25.11.2020 e aditado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de janeiro de 2021 e se encontra disponível no nosso site de relações com investidores (<https://ri.intelbras.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") (www.cvm.gov.br), na categoria "Regimento Interno do Comitê de Auditoria".

2. Composição

O Comitê é composto por, no mínimo, 3 (três) membros indicados pelo Conselho de Administração, sendo: **(i)** ao menos 1 (um) membro independente, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado; **(ii)** ao menos 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas e no relacionamento com os auditores independentes. O Comitê deverá contar em sua composição com a presença de um coordenador ("**Coordenador**") a quem caberá a representação, organização e coordenação de suas atividades.

Atualmente, o Comitê da Companhia é composto de 3 (três) membros, reeleitos na RCA 19.04.2024, para um mandato de 1 (um) ano. O Comitê possui **(i)** 1 (um) membro independente (que atende aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado e pela CVM); e **(ii)** 1 (um) especialista em contabilidade e finanças, não exercendo outra função na Companhia, em consonância ao exigido no artigo 22, inciso V do

Regulamento do Novo Mercado. Dentre os membros eleitos para composição do Comitê, um membro efetivo exerce a função de Coordenador.

São membros do Comitê: Marcos Antônio Quintanilha, Gilberto Heinzemann e Marciel Manoel Linhares.

3. Atribuições e Responsabilidades

As competências do Comitê estão previstas no Regimento e são desempenhadas conforme as exigências da regulamentação aplicável:

- i. Avaliar o desempenho e opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- ii. Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras anuais;
- iii. Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- iv. Revisar e submeter à aprovação do Conselho de Administração a proposta do Apetite ao Risco da Companhia elaborada pela Diretoria;
- v. Avaliar e analisar a Estrutura de Gestão de Riscos e os Riscos da Companhia, recomendando melhorias sempre que necessário; e
- vi. Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas.

O Comitê, igualmente, elabora, anualmente, relatório resumido contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, destacando as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

4. Reuniões Realizadas e Principais Assuntos Discutidos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em atenção ao disposto no Artigo 10 do Regimento, foram realizadas 10 (dez) reuniões formais do Comitê, nas seguintes datas: **(a)** 22 de janeiro de 2024; **(b)** 22 de fevereiro de 2024; **(c)** 25 de março de 2024; **(d)** 24 de abril de 2024; **(e)** 03 de junho de 2024; **(f)** 23 de julho de 2024; **(g)** 23 de setembro de 2024; **(h)** 23 de outubro de 2024; **(i)** 28 de outubro de 2024 e **(j)** 18 de dezembro de 2024.

Na reunião realizada em 22 de fevereiro de 2024, descrita no item **(b)** acima, o Comitê se reuniu para analisar e deliberar sobre a emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e respectivo relatório de auditoria emitido pelos auditores externos da Companhia. Os membros do Comitê decidiram, naquela oportunidade, recomendar a aprovação das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como aprovar o referido Relatório.

Nas demais reuniões, o Comitê reuniu-se para analisar a performance da Companhia e avaliar os sistemas de identificação de riscos e controles internos da mesma, monitorando as suas exposições de risco e elaborando sugestões de melhoria ao Conselho de Administração. Adicionalmente, foram discutidas **(a)** as informações trimestrais, intermediárias e demonstrações financeiras anuais da Companhia; **(b)** a avaliação e monitoramento das políticas internas da Companhia, sendo elaboradas recomendações para aprimoramento de políticas internas e práticas; **(c)** entendimento dos processos de gestão e atuação do comitê de compliance da Companhia e principais temas correlatos; **(d)** entendimento dos processos de gestão das operações de Pesquisa e Desenvolvimento e forma de controle dos benefícios fiscais; **(e)** monitoramento do ambiente interno de TI, políticas de segurança da informação, performance do ERP e estrutura de TI para suportar o crescimento; **(f)** monitoramento de transações com partes relacionadas e controles internos correlatos; **(g)** entendimento dos processos de gestão de estoques e sucateamento de obsoletos; **(h)** monitoramento da atuação do Departamento de Auditoria Interna e Controles Internos; **(i)** entendimento do processo de gestão de pessoas e de capacitação da companhia; **(j)** entendimento do processo e controle na gestão de pós vendas da companhia; **(k)** acompanhamento dos processos judiciais envolvendo a Companhia, e respectiva provisão para contingências; **(l)** monitoramento do status de desempenho das controladas e aquisições de novas empresas; **(m)** monitoramento de investimentos relevantes em obras e imobilizados; **(n)** supervisão dos processos de gestão de riscos e riscos estratégicos; **(o)** acompanhamento do processo de Contratação e Avaliação Anual dos Trabalhos do Auditores Externos; **(p)** monitoramento das atividades de ESG - Environmental, Social and Governance; **(q)** monitoramento do processo de Gestão de Vendas, Programas e Benefícios para Parceiros de Negócio; **(r)** supervisão e avaliação dos processos de apuração e reconhecimento de Imposto de Renda/Contribuição Social sobre Lucro Líquido e **(s)** monitoramento da Gestão de Cobertura de Seguros.

Durante o exercício corrente, foi realizada reunião no dia 21 de fevereiro de 2025, sendo que esta teve por objeto analisar e deliberar sobre a emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e respectivo relatório de Auditoria emitido pelos Auditores Independentes da Companhia. Os membros do Comitê decidiram recomendar ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como aprovar a redação do Relatório de Auditoria 2024.

O Comitê, ao longo do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme

Plano de Trabalho previamente definido, apresentado e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia realizará, pelo menos, nove reuniões, podendo sempre que necessário, convocar reuniões extraordinárias para tratar de temas emergentes e/ou relevantes.

5. Sistemas de controles internos e de Gerenciamento de Riscos

Desde a sua implementação, o Comitê tem mantido interações com os responsáveis pelo Comitê de Riscos Estratégicos, do Departamento de Processos Corporativos e Riscos, do Departamento de Auditoria Interna, do Departamento de Controladoria e do Comitê de Compliance, além do processo de apuração de fraudes internas e externas e de prevenção a fraudes. O Comitê de Auditoria, com base no conjunto de informações obtidas durante suas interações com tais órgãos/áreas e em suas próprias averiguações, avalia como efetivos os sistemas de controles internos mantidos pela Companhia e continuará a empreender os esforços para fortalecer o processo de gerenciamento de riscos, com o efetivo engajamento de todos os níveis da Administração.

6. Assessoramento do Conselho de Administração

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e atua com autonomia operacional e orçamento próprio no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia no que concerne ao controle sobre a qualidade das demonstrações financeiras e controles internos, visando a confiabilidade e integridade das informações.

7. Auto-avaliação

O Comitê, nos termos do artigo 12 do Regimento realiza a sua auto-avaliação e seu processo de funcionamento e a avaliação individual de seus membros. É elegível para participar do processo de avaliação o membro que estiver na função por pelo menos 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação. Esse processo é de responsabilidade do Coordenador do Comitê de Auditoria.

No processo de autoavaliação do Comitê, são consideradas as matérias tratadas nas reuniões realizadas, bem como os parâmetros envolvendo questões de demonstrações financeiras, gerenciamento de riscos e controles internos, responsabilidade da administração e da auditoria interna, treinamentos e desenvolvimento profissional dos membros.

Em virtude da realização de 10 (dez) reuniões pelo Comitê, durante o exercício de 2024, todos os seus membros estão elegíveis para elaboração do processo de avaliação, a ser realizado pelo Coordenador do Comitê. O processo de avaliação, nos termos do que determina o Regimento ("**Avaliação**"), ocorrerá ao longo do primeiro semestre do exercício de 2025.

Dessa forma, ao final do processo de avaliação, os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados aos membros do Comitê e do Conselho de Administração. As avaliações individuais dos membros do Comitê, por sua vez, serão disponibilizados ao respectivo indivíduo, ao Coordenador do Comitê e ao Presidente do Conselho de Administração.

8. Planejamento para o exercício social de 2025

O Comitê de Auditoria planejou a realização de 9 (nove) reuniões ao longo do ano de 2025, contemplando o previsto no Regimento, ter ao menos 4 (quatro) reuniões, cujas pautas envolverão o exercício das atribuições legais e regimentais elencadas neste Relatório no item "Atribuições e Responsabilidades", sem prejuízos a eventuais encontros extraordinários em que se faça necessário a atuação do Comitê.

9. Conclusões e Recomendações

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, *ad referendum* ao Conselho de Administração da Companhia.

Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos representantes da Auditoria Independente, o Comitê concluiu que as informações e documentos apresentados quanto às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e recomendaram a sua aprovação.

São José, 21 de fevereiro de 2025.

Marcos Antônio Quintanilha
Coordenador do Comitê de Auditoria

Gilberto Heinzelmann
Membro do Comitê de Auditoria

Marciel Manoel Linhares
Membro do Comitê de Auditoria